



ATA N.º 55/XI-4º/2016-17

- 1** – Aos onze dias do mês de abril de dois mil e dezassete, pelas 21H00, na Sociedade Recreativa Musical Trafariense, sita na avenida da Liberdade, nº 20, na Trafaria, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:
- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
 - 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
 - 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre Documentos de Prestação de Contas:
 - 3.2.1 – “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2016” (223/XI-4º);
 - 3.2.2 – “Relatório e Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, referente ao exercício de 2016”. (224/XI-4º).
 - 3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Redução de Financiamento do Contrato de Empréstimo Bancário Longo Prazo” (225/XI-4º).
 - 3.4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Revisão Orçamental do Município” (226/XI-4º).
 - 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental dos SMAS, referente ao ano de 2017” (227/XI-4º).
 - 3.6 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Acordos de Execução de Delegação de Competências, 2º Aditamento, com as Freguesias de:
 - 3.6.1 – União de Freguesias da Almada, Cacilhas, Cova da Piedade e Pragal (228/XI-4º);
 - 3.6.2 – União de Freguesias de Caparica e Trafaria (229/XI-4º);
 - 3.6.3 – União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (230/XI-4º);
 - 3.6.4 – União de Freguesias do Laranjeiro e Feijó (231/XI-4º);
 - 3.6.5 – Freguesia da Costa da Caparica (232/XI-4º).
 - 3.7 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2º Aditamento ao anexo V dos Contratos de Delegação de Competências” (233/XI-4º)
 - 3.8 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Formas de apoio às freguesias para promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações” (234/XI-4º)
- 2** – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr^{as}. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.
- 3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.
- 3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:



José Manuel Maia Nunes de Almeida; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Daniel Pedro Sobral; Eva Sofia Borges de Araújo Gomes; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d'Assis Beiramar Lopes Almeida; Ana Marques Serra e Moura Salvado; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Manuel Folgado dos Santos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins; António Abrantes de Almeida; Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva e Joana Rodrigues Mortágua.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. José Alberto Azevedo Lourenço, com ausência nos dias 11 e 12 de abril de 2017, (Ent. nº 7978/XI-4º), (**Conforme Anexo I**).
- A Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho, com ausência no dia 11 de abril de 2017, (Ent. nº 7982/XI-4º), (**Conforme Anexo II**).
- O Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, com ausência no dia 11 de abril de 2017, (Ent. nº 7984/XI-4º), (**Conforme Anexo III**).
- O Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, com ausência no dia 11 de abril de 2017, (Ent. nº 8006/XI-4º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência no dia 11 de abril de 2017, (Ent. nº 8005/XI-4º), (**Conforme Anexo V**).

4.2 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 11 e 12 de abril de 2017, do eleito Sr. José Alberto Azevedo Lourenço, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VI**).
- O Candidato Sr. Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 11 de abril de 2017, da eleita Sr.ª Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho e por impedimento da cidadã Sr.ª Filipa Raquel da Silva Barroso, do cidadão José Augusto Tavares Oliveira, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Helga Cristina Rosa Ribeiro – PEV, do cidadão Sr. Mário Filipe Burriga de Castro, do cidadão Sr. Pedro Miguel Correia da Costa e da cidadã Sr.ª Ana Isabel Ricardo Pato Estevens, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII**).



- O Candidato Sr. Joaquim Machado Duarte, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 11 de abril de 2017, do eleito Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XIV**).
 - O Candidato Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 11 de abril de 2017, do eleito Sr. Manuel Domingos Rodrigues Batista, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XV**).
 - O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 11 de abril de 2017, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVI**).
- 4.3** - O Presidente da Assembleia Municipal informou da comunicação da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, em que para o efeito da alínea c), do nº 1, do artigo 18º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e devido a justo impedimento do Presidente do respetivo Órgão Autárquico, é substituído na presente Reunião da Assembleia Municipal pela eleita na União da Junta das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, Sr.ª Anabela de Matos Tavares, (**Conforme Anexo XVII**).
- 4.4** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.
- 6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.
- 6.1** – Usou da palavra a Munícipe Exm.ª Senhora Carla B. Mendes, residente em Almada.
- 6.1.1** - A Munícipe Exm.ª Senhora Carla B. Mendes:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Eu venho pedir ajuda ao Sr. Presidente, porque tenho uma ordem de despejo amanhã para ir para a rua. Eu tenho três crianças, uma de três meses, uma de dois anos e uma de sete anos. Eu vou para a rua, não tenho para onde ir, certamente vou ter que fazer uma tenda na rua porque não tenho mesmo posses para alugar uma casa ou pedir ajuda a alguém porque eu não tenho. Se me pudessem ajudar de alguma forma, porque eu já tentei falar com o IHRU e eles não quiseram aceitar a minha renda, e quis pagar a minha renda, porque esta casa já foi habitada há 22 anos pelo meu pai e eles não quiseram aceitar a renda ao meu pai e agora a mim também não. Eu já casei há oito anos, tenho as minhas filhas e eles também não quiseram aceitar a minha renda. Querem-nos pôr na rua, amanhã às onze horas vou estar na rua com três crianças. Peço ajuda ao Presidente, não sei se puder ajudar.”
- 6.2** – Usou da palavra a Munícipe Exm.ª Senhora Joana Paula Pereira Barbosa R. Silva, residente na Costa da Caparica.
- 6.2.1** - A Munícipe Exm.ª Senhora Joana Paula Pereira Barbosa R. Silva:
- “Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;
- Devia saber que uma jovem de 30 anos não se cansa. Eu não me canso e não me vou cansar de continuar a denunciar esta situação mesmo que diga que eu posso ficar sentada de braço no ar até me cansar e indiretamente dizer...”
- 6.2.2** – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:



“Srs. Deputados Municipais;

Minha Senhora, peço-lhe desculpa, se vamos tratar das coisas para resolver problemas muito bem, mas não aceito intervenções e interpelações dessas. Eu fiz aquilo que devo fazer do ponto de vista dos preceitos regimentais.”

6.2.3 - A Munícipe Exm.^a Senhora Joana Paula Pereira Barbosa R. Silva:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Continuando, tenho comigo aqui um documento com todas as fotografias que consegui do território que continua com lixo e quero dizer que concordo consigo que mais do que palavras, nós precisamos de ação e venho aqui sugerir que para além da limpeza que ontem vim aqui implorar mais uma vez, há uma coisa que vocês esquecem que eu não ouvi falar, ontem também sai cedo daqui, que tem a ver com a educação e a sensibilização dos cidadãos da Costa da Caparica, da Trafaria, de tudo mais. Disseram para me responder que isto era um problema também que eventualmente vinham pessoas de Lisboa despejar o lixo aqui, não percebi. Acho que em Lisboa há muitos espaços livres, não me parece que sejam os de Lisboa. Podem ser eventualmente os daqui, por isso o trabalho não é só o da limpeza é também o da sensibilização. Eu quero ouvir falar mais da educação, de sensibilização à população. Hoje partilhei também nas redes sociais a nossa presença aqui e trouxe estas imagens com a deslocação também de um munícipe.

Eu acho que não vale a pena estender-me, falei aqui de palavra-chave, limpeza, educação e sensibilização. Respostas concretas, não em números de processo porque isso não interessa para nada, isso não adiante nada, nós queremos ver ação e essa ação estamos à espera há muito tempo. E definitivamente eu não me vou cansar, com trinta anos não tenho idade para me cansar e enquanto eu não conseguir os meus objetivos sem medo eu não vou desistir e é isso, obrigada”.

6.3 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Sandrine Moutinho Lage, residente na Caparica.

6.3.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Sandrine Moutinho Lage:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma vez mais espero que não seja uma vã tentativa de todos os anos tentar assistir a algumas sessões como esta para ver o problema resolvido, que eu creio que já seja, nem é uma questão ambiental, é uma questão também de higiene pública, que é a questão da limpeza das praias. Acho que se fala muito de turismo, uma série de iniciativas, mas o básico nem sequer está assegurado. É tão simples quanto isso. Nós chegamos à praia e deparamo-nos sempre com o mesmo espetáculo em qualquer altura do ano. Eu própria que faço passeios ao fim do dia, apanho quantidades de plástico que é uma coisa que não tem explicação. Portanto, há tantas iniciativas para promover a Costa da Caparica e o essencial não está feito e nem sequer vou alongar-me a falar de assuntos mais complexos porque em termos de sustentabilidade acho que isto é um mínimo que se pode exigir, é que pelo menos as praias estejam limpas, já para não falar de outras iniciativas que de nada tem a ver com sustentabilidade. É esse o ponto. Obrigada pela atenção, nem sequer olham nos olhos as pessoas que estão a falar.



Muito obrigada.”

6.4 - Usou da palavra a Munícipe Exm.^a Senhora Vanda Anacleto de Freitas, residente na Costa da Caparica.

6.4.1 - A Munícipe Exm.^a Senhora Vanda Anacleto de Freitas:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Vanda Freitas, sou Professora de Yoga e costumo dar aulas de Yoga aqui pelo Concelho. Geralmente Costa da Caparica, geralmente Sobreda, gosto de ir para o bosque sozinha muitas vezes e tenho-me deparado ano para ano, vejo o entulho, o lixo, a limpeza dos bosques cada vez pior. Hoje passei ali pela rua dos Robalos e andamos, e quando chegamos ao final temo ali mais a mata e de facto fui verificar antes de vir aqui hoje, se já tinha havido melhoras, melhoramentos neste sentido e continuamos ainda pior. Tirei algumas fotografias na qual eu coloquei nas redes sociais. Podem não gostar, mas hoje em dia sabemos que podemos enviar e-mails e tudo isto que nós temos que fazer, mas as redes sociais são uma realidade e também são um movimento que alerta a população muitas vezes adormecida, andamos todos num stress tremendo que faz com que as pessoas nem olhem de facto para a natureza, mas natureza somos todos nós, e quando nós perguntamos, então mas que é que é o responsável pelas praias? As praias estão sujas. Quem é o responsável pelo Bosque? Mas este bosque é da jurisdição deste é da jurisdição daquele, nunca é da jurisdição de ninguém. Eu pergunto e acho que demos saber e ter esta consciência que a natureza somos todos nós. Por mais que nós digamos isto, aquilo, é de todos. Eu quando vou para a natureza, eu já levo um saco, porque eu já sei que tenho que levar e faço a minha parte. Todos nós o devemos fazer, todos nós temos que neste momento ver, as redes sociais são de facto um ponto importante. Nós estamos aqui para alertar. Eu não sou de Partido de direita, de esquerda, de cima, de baixo, o que me interessa é que as coisas funcionem. E acho que isto é que funciona agora, nestas novas gerações e é uma forma de estar, porque sem natureza eu pergunto o que é que nós vamos comer, o que é que nós vamos fazer. Eu venho aqui porque foi a Joana que é minha aluna e a Sandrine também é minha aluna, e que me incentivaram “Vanda tu sabes tanto destas coisas e preocupas-te disto”. Eu vim porque sou filha da terra, sou filha de um Trafariano, Tadeu de Freitas, um grande atleta almadense e que sempre me disse “Vanda vê lá o que podes fazer pela terra”, mas eu sinto-me um pouquinho fora, à parte aqui nos meus yogas, na minha saúde, no meu desporto, mas agora a Joana deu-me esta força e ok, vou lá dar o meu contributo, acho que independentemente de ser da jurisdição deste ou daquele é porque é papel para aqui, é e-mail para aqui que eu não recebi, é isto, é aquilo. Eu pergunto então o que é que nós fazemos? Vamos continuar assim? Eu, a Joana e a Sandrine vamos a pertencer a esta geração de papéis e de e-mail? Então fazemos movimentos nas redes sociais, elas não me parece que seja este o sentido, mas também há que despertar para todos nós podermos dizer, sem natureza esqueçam, não há nada, no final não vamos ficar a comer notas. No final nada disto vai ser válido. Queria só chamar atenção também para outra situação, eu muitas vezes, como vos digo vou para a natureza, levo os meus alunos a dar aulas na natureza porque é uma riqueza extrema e



muito benéfica para todos nós. Nós queremos ter acesso a locais lindíssimos, que nós temos paisagens lindíssimas, que nós temos paisagens fantásticas, seja para dar aula de yoga, seja para as caminhadas, seja para as caminhadas de bike que agora começam a aparecer, mas nós na rua dos Robalos está cheio de vivendas e nós temos acesso a lugares lindíssimos. Eu pergunto como se um dia houver um incêndio, se houver um qualquer problema como é que os Bombeiros têm acesso, no final vão todos querer que nós todos que pagamos a estes homens super corajosos, no final os Senhores dos terrenos vão querer que hajam e que os Bombeiros funcionem. Então eu pergunto como é que é, o que é que nós estamos a fazer de facto e de que forma é que nós podemos colaborar? Porque eu, a Sandrine, a Joana e tantas outras pessoas que estão preocupadas neste sentido, nós estamos cá para colaborar, não é só para criticar, estamos cá para colaborar e chamar atenção."

6.5 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal.

6.5.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só brevemente. Em relação à questão que nos foi colocada pela Sr.^a Carla Mendes. O assunto já está a ser tratado, a Sr.^a Deputada Maria D'Assis integra uma IPSS que tem responsabilidades de acompanhamento no âmbito do Plano de Emergência Social que a Câmara desenvolve e agradecer já à Sr.^a Deputada que está a tratar com a nossa Munição que em qualquer caso naturalmente tem sempre a possibilidade de recorrer à Segurança Social através do número 144. Se no caso da Segurança Social não responder, o que acontece com frequência, o Estado não responde, o Governo não responda, nós temos o nosso Plano de Emergência Social, como já se sabe durante o ano passado mais de mil famílias foi possível evitar situações de despejo, e queremos crer que também este será evitado.

Em relação às três Senhoras que falaram. Nós de facto como ontem disse, encontrámos um e-mail que foi enviado pela Sr.^a Joana Paula Silva no dia 15 de março e foi dito à Dona Joana Paula Silva "Acuso a receção do seu e-mail que agradeço. Como refere o envio de outros e-mail sem resposta, procurei localizá-los através do seu endereço na caixa do correio afeta ao Gabinete e não consegui localizar nenhum e-mail anterior que tivesse sido dirigido a este endereço. Por ventura tê-lo-á feito para outros endereços da Câmara Municipal de Almada, e referindo que não obteve resposta gostava que me informasse para que endereço enviou as missivas anteriores. Quanto ao presente e concluindo tratar-se da necessidade de limpeza de uma determinada área, informo que reencaminho o presente e-mail para o Sr. Diretor Municipal do Ambiente Mobilidade e Energia e Valorização Urbana, Sr. Engenheiro Carlos Marques para conhecimento e devidos efeitos". Seguem-se depois os e-mail trocados pelo Sr. Engenheiro com os vários serviços da Câmara para intervenção.

A Sr.^a fez-nos chegar um conjunto de fotografias que agradecemos, todas elas se referem a zonas que não são de intervenção da Câmara, são do Ministério da Defesa, trata-se de fotografias junto ao Forte da Raposeira, na estrada Militar que une o Forte da Raposeira com o antigo Forte de Alpenas e junto



ao Forte de Alpenas, que é uma área militar e que foi vendida pela ESTAMO, instituição do Estado, a uma entidade que desconhecemos. De facto aquela área é uma área que não é da nossa jurisdição, embora mantenha aquilo que foi dito ontem. Nós entendemos que em relação a todas as áreas seja da saúde, seja da educação, enfim naturalmente também do espaço público, estejam ou não estejam na nossa jurisdição, nós sabendo e tendo conhecimento intervimos. E gostava que o Estado nos viesse multar por causa de nós intervirmos. Gostava de ver se o Estado, o Governo nos vinha multar, a Câmara por causa de nós intervirmos nessas áreas. Intervimos e continuaremos naturalmente a intervir noutras áreas, desculpe Sr. Presidente da Assembleia em relação a esta matéria, mas há questões de saúde pública que nós consideramos que são da nossa responsabilidade e que naturalmente, sem deixar de chamar atenção para aquilo que são as responsabilidades do Governo, no que estiver ao nosso alcance, nós não deixaremos de atuar. Mas já agora quero chamar atenção que justamente por baixo do Forte de Alpenas, se tiver o cuidado de chegar à beira da Arriba terão olhado lá para baixo e o que é que viram? Devem ter visto um conjunto de depósitos de combustível que lá estão instalados. Isso é reservas eventualmente de caráter estratégico que no mundo inseguro que temos bem precisávamos que fossem retiradas daqui. A vossa contribuição será sempre bem recebida e vocês dizem a união faz a força, pois juntem-se a nós para que o mundo seja melhor.”

7 – Foi aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal.

7.1.1 – Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do documento.

7.1.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito sumariamente trata-se da Informação da Atividade nos dois primeiros meses do ano, foi distribuída pelos Srs. Deputados e pelas Sr.^{as} Deputadas, com certeza terão tido alguma oportunidade de fazer a leitura. Muito sumariamente nas áreas no Planeamento Estratégico, Ordenamento e Gestão do Território prosseguiram os trabalhos relativos à Revisão do Plano Diretor Municipal, designadamente no que diz respeito às definições das áreas de RAN, também houve um conjunto de intervenções relacionadas com a segunda fase da elaboração da Carta de Património. O Plano de Pormenor do Ginjal progrediu, estamos em crer que se forem ultrapassadas dificuldades que neste momento se registam em relação à informação de entidades da Administração Central que poderemos ainda ter Plano de Pormenor este ano e provavelmente durante o primeiro semestre ou até ao final do primeiro semestre.

Em relação ao Plano de Pormenor da Quinta do Guarda Mor que visitámos, também há progressos, há algumas informações detalhadas que permitem avançar este projeto. O Plano Urbano do Porto Brandão também progrediu, designadamente nas relações que para a sua concretização envolvem a Faculdade de Ciências e esse núcleo. Em relação ao Plano de Urbanização de Almada Nascente recebemos aqui em Almada investidores e promotores interessados e também no que diz respeito às



intervenções nas áreas urbanísticas da Quinta do Santana; Santo António da Romeira; Funchalinho 1 e 2; Quinta da Caneira; Quinta do Gil a Alexandrino; Quinta dos Monteiros; Chão da Viúva; Vale Cavala e Aroeira também estas zonas de reabilitação estiveram em andamento.

Também progrediram os projetos relativos à reabilitação urbana da Sobreda e à reabilitação urbana de Cacilhas, alargando-se as áreas das respetivas ARU e no que diz respeito às Terras da Costa e ao 2º Torrão também se desenvolveram iniciativas no sentido de qualificar as condições de vida das populações ali residentes.

Estivemos em Madrid, na feira Internacional do Turismo a promover o nosso Concelho, tendo no conjunto realizado uma atividade que foi muito valorizada por aqueles que nos visitaram e também por os nossos parceiros neste projeto de promover a atividade turística no nosso País.

Nas áreas do ambiente, biodiversidade e energia continua a nossa atividade junto das várias parcerias internacionais e nacionais em que estamos envolvidos, e avançámos com a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa; com o Instituto Superior Técnico; com o Instituto Superior de Agronomia; a FCT/UNL num conjunto de projetos de desenvolvimento e sustentabilidade ambiental. O Plano Local para a Biodiversidade também progrediu a mesma coisa no que diz respeito à prevenção das emissões de CO2.

Continuamos o trabalho de promoção dos nossos parques verdes e no que diz respeito ao tratamento do espaço público nos meses de janeiro e fevereiro registámos um muito significativo aumento do volume de resíduos removidos, que se aproximou das catorze mil e trezentas toneladas de resíduos sólidos indiferenciados e mais quinhentas e vinte toneladas de terras, resíduos de construção e ainda duas mil trezentas e quarenta toneladas de aparas de jardim e monos. A maioria foi uma parte muito significativa neste aspeto, também assegurada no âmbito da cooperação com as Juntas de Freguesia onde foram recolhidas duzentas e onze toneladas conduzidas também, uma parte, conduzidas para reciclagem.

Sublinhar o trabalho que na área da Mobilidade Urbana e Acessibilidades se iniciou. Em relação à normalização do trânsito na rua Luís de Queirós e nas zonas envolventes e também na definição de novos troços de rede ciclável numa extensão de 15 km relacionadas com Pragal, Cacilhas e Trafaria. Existem depois um conjunto de atividades associadas com a requalificação das vias no âmbito do programa que temos vindo a desenvolver e que os Srs. Deputados conhecem.

Nas áreas da Educação; do Conhecimento; da Juventude também se mantiveram os nossos programas nas nossas áreas de competência, não vos vou agora maçar com muito detalhe em relação a essas matérias e naturalmente também em relação às áreas do Desporto, queria sublinhar que não tendo sido Almada a Cidade escolhida para Cidade Europeia do Desporto, a nossa candidatura permitiu um impulso muito significativo da nossa atividade Associativa, da nossa relação e inter-relação entre as nossas associações que muito nos dignifica e que foi saudada pelos Júris do Concurso. Em relação, nesta área queria sublinhar o Plano Municipal de Formação de Agentes Desportivos que está em curso assim como um conjunto de outras importantes atividades.



Mantiveram-se os processos de acompanhamento para realojamento em diversas áreas do nosso Município e também a Câmara Municipal na sequência do Congresso Almada iniciou o processo de reuniões descentralizadas tendo estado na Costa da Caparica e tendo estado no mês de março na Charneca e Sobreda. Houve um conjunto de contatos com a população nas várias localidades e enfim, para já era isto que gostava de dizer.

Importante sublinhar que em janeiro e fevereiro de 2017 a página de Internet da Câmara teve cento e quarenta e seis mil visitas. O que significa mais de duas mil e quinhentas visitas por dia, e foram vistas quase quinhentas e cinquenta mil páginas que foram visitadas.”

7.1.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Carlos Guedes, Luísa Ramos, Pedro Matias, António Pedro Maco, Maria Odete Alexandre, António Salgueiro, Ana Salvado, Fernando dos Santos, Maria d’Assis e Nuno Matias, o Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, a Vereadora Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Vereador António Matos e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.1.2.1 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Bloco de Esquerda aproveita esta parte da Atividade Municipal, como já vem sendo habitual, para levantar algumas questões e desta vez começaríamos por chamar atenção do Executivo para o que se está a passar no Miradouro dos Capuchos, onde para além de vandalismos vários, de várias pichagens de vários tagues deixados em toda a zona envolvente, estão neste momento a ser retiradas pedras, qualquer uma delas com peso que andarà na ordem dos cem quilos, são pedras do muro que faz parte do Miradouro dos Capuchos. Seria bom que a Autarquia desse uma vista de olhos naquela zona que está cada vez mais degradada e abandonada.

Na Cova da Piedade, na rua Pedro Matos Filipe há dois meses foi feita uma limpeza de sarjetas que é necessária naturalmente. A intervenção era necessária e saúda-se, no entanto o lixo que foi retirado das sarjetas e que foi colocado dentro de uns sacos verdes, passados dois meses ainda lá está.

Uma terceira situação também na Cova da Piedade, desta vez nas Barrocas, na estrada da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, ao lado do edifício da SFUAP existe um quiosque, uma construção pré-fabricada que ali está desde os meus tempos de mais jovem, portanto há uns quinze, vinte anos, eu não sei precisar, mas que há cerca de dez anos estará abandonada, não tem utilidade, não tem utilização e a única coisa eu faz é acumular o lixo ali na envolvente, na parte lateral e na parte de trás desse quiosque. Eu não sei a quem pertence o quiosque sequer, se pertence à Coletividade, se pertence à Autarquia, se é privado, o que é facto é que está ali abandonado.

Mantendo-nos ainda nas Barrocas e voltando a um assunto que o Bloco de Esquerda tem tratado pelo menos desde novembro que foi a altura em que ocorreu, dia 5 de novembro decorreu uma derrocada na estrada da Sociedade Filarmónica União Artística Piedense, nas Barrocas. Nesse mesmo dia, o que caiu foi a parte superior de um edifício que fica junto à estrada e a cinquenta metros da Escola Conceição e Silva. Era uma tarde e era sábado, e felizmente não houve vítimas a registar. Agora a



Autarquia e creio que terá sido mesmo o Sr. Presidente, anunciaram nesse mesmo dia a criação de uma Comissão de Inquérito e anunciaram também um Relatório dessa Comissão de Inquérito que seria tornado público no dia 14 de novembro. Estamos a 11 de abril e como o Relatório não chega, o Bloco de Esquerda tem e temos aqui uma série de documentos que gostaríamos de entregar à Mesa para que fossem distribuídos ao Executivo e para ficarem anexos à Ata e a todos os Grupos Municipais, o que nós gostaríamos de saber é, em janeiro o arrendatário de uma daquelas habitações dirigiu-se aos serviços da Autarquia pedindo uma vistoria, essa vistoria foi feita no dia 2 de março de 2016 e foi feito um Auto de Vistoria Técnica, de visita ao local os técnicos identificaram uma série de situações que deveriam de ser reparadas. O arrendatário regressou aos serviços da Câmara e avisou os serviços de que o telhado estava em perigo de derrocada eminente, e agradecia que fossem tomadas medidas, tendo em conta o perigo que se estava a correr, e isto foi em 31 de março de 2016. Em junho voltou e aconteceu que em 14 de julho há um Relatório de uma visita ao local emitido pelo Departamento de Administração Urbanística da Direção Municipal de Obras, Planeamento, Administração do Território e Desenvolvimento Económico que a dada altura diz, “pelo atrás exposto existem sérios riscos de colapso da fachada principal no sentido da via pública, com conseqüente perigo para pessoas e bens nomeadamente para as frações em uso. Os trabalhos realizados anteriormente não dotaram a construção de melhorias que possibilitassem a sua estabilidade estrutural. Em face do risco é necessário proceder à interdição da via pública na zona envolvente à construção, assim como qualquer uso da construção”. No dia seguinte uma nova nota do mesmo Departamento de Administração Urbanística diz, “Em referência ao processo acima mencionado e após visita ao local informa-se que o proprietário do prédio foi notificado. Mais se informa que o Serviço Municipal de Proteção Civil foi informado da necessidade de proceder à interdição da via pública na zona envolvente à construção.” Aquilo que o Grupo Municipal do Bloco de Esquerda gostaria de saber é, como é que no sábado dia 25 de novembro o edifício caiu e o único aviso que lá constava era um aviso, uma placa escrita à mão pelo arrendatário do edifício alertando as pessoas para o perigo da derrocada e indicando inclusivamente as entidades que já tinham sido notificadas da situação.”

7.1.2.2 – A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sem prejuízo de uma intervenção para a qual me inscreverei mais tarde sobre os documentos em apreço, eu queria dar uma informação à Assembleia, ao Sr. Presidente da Câmara, Sr.^{as} e Srs. Vereadores, Sr. Presidente da Assembleia, a 4^a Comissão reuniu no dia 5 com dois objetivos, analisar o Relatório e o Plano de Trabalho do CPCJ que o Sr. Presidente da Assembleia fez o favor de distribuir por todos os Srs. Deputados da 4^a Comissão e também num segundo ponto da Ordem de Trabalhos, analisar, discutir, aprofundar matéria relevante na medida em que relacionada com a Moção apresentada pelo CDS-PP, pelo Deputado do CDS-PP, que por consenso baixou à Comissão.



Nós queremos sobretudo dizer que este primeiro ponto da ordem de trabalhos, nós convidámos para participar connosco o Sr. e as Srs.^{as} Comissárias indicadas e votadas pela Assembleia Municipal, pela primeira vez nós debruçamo-nos sobre tão importante trabalho que se realiza no CPCJ, e de facto foi útil, foi profícua, todos nós ficámos com muita informação e concluímos que é de louvar este trabalho, é de dar a conhecer este trabalho, mas todavia consideramos fazer aqui algumas sugestões, porque também esse era o sentimento dos Srs. Comissários que devo dizer só estiveram dois, o Sr. Comissário Luís Filipe Pereira e a Sr.^a Comissária Marta Matos. E o que nós abordámos foi a necessidade de dar a conhecer mais o trabalho que este organismo faz, que devíamos ajudar na divulgação quer do trabalho desenvolvido, quer da própria orgânica do CPCJ e para isso naturalmente que nós eleitos na Assembleia Municipal, nós referimos que tudo faríamos para ir nesse caminho e também para sensibilizar a Câmara, o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores, para que tão regularmente quanto possível, até porque a Presidência da CPCJ é feita por um representante da Câmara, neste caso uma representante, gostaríamos que também se olhasse para esta frente de trabalho com mais informação, com mais divulgação e consideramos ainda que foi relevado todo o apoio que a Câmara Municipal está a dar ultimamente para a dinamização desta frente de trabalho. Mas, ainda assim gostaríamos aqui de deixar e penso que estou a ser fiel às conclusões da reunião, que deveríamos então ser mais proactivos no acompanhamento, na divulgação, na entreaajuda de quem tão dedicadamente trabalha em prol das crianças e dos jovens no nosso Concelho.

Também foi dito por um Sr. Conselheiro que havia algum desfasamento entre a Comissão Permanente e a Comissão Alargada e portanto, são situações que seguramente estaremos de acordo em corrigir. Sobre a análise que fizemos à Moção que baixou à Comissão, a Moção do CDS que era a criação de um Comissariado para as questões dos desperdícios alimentares, debatemos propusemos alternativas ao que estava ali, outras formas de trabalhar que não aquela, tivemos um apoio de muitos ou de quase todos os Srs. e Sr.^{as} Deputadas da Comissão, dos vários Partidos, mas não obtivemos consenso por parte do Deputado do CDS-PP.

Sr. Presidente a Comissão não se pronuncia mais porque não foram aceites as propostas que os vários Grupos Municipais propuseram para acompanhar este trabalho.”

7.1.2.3 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente da Câmara, o Partido Socialista nesta questão da Atividade Municipal gostaria de o interpelar relativamente a três temas que não estão aqui hoje nesta análise destes dois meses, mas que foram questões que foram transversais durante o Mandato. São questões do início do mandato, Estamos no fim do mandato e que não tiveram solução, e isso preocupa-nos, porque isto é uma marca que o Sr. Presidente vai deixar neste Mandato. Hoje o nosso território nos vários níveis está pior do que quando iniciou o seu Mandato e os almadenses terão que ter alguma palavra sobre estas questões. Mas o primeiro tema que eu gostaria de lhe colocar tem a ver com o Mercado da Charneca de Caparica, na Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda. Este Mercado teve o início da sua



atividade há cerca de 16, 17 anos. E teve uma degradação ao longo deste tempo muito acentuada e quem frequenta o Mercado nota que ele está numa fase de enorme degradação, e recorro o Sr. Presidente que foi no seu Mandato que o Sr. Presidente licenciou duas grandes superfícies, ou se não licenciou autorizou a sua construção na Charneca de Caparica e Sobreda, mas em particular na Charneca. E isto era um assunto que nós e os comerciantes e os utentes do Mercado tinham olhado para esta questão e ouvia-se falar de que o Mercado ia ser intervencionado pela Câmara Municipal e nós ao fim de quase três anos e meio, o Mercado a única intervenção que foi feita foi há dias no chão, aquele chão é importante porque decorre da Lei, portanto há um conjunto de imposições que aquele chão teria que ser feito, mas Sr. Presidente é muito insuficiente. É muito insuficiente porque os comerciantes que lá trabalham e os utentes que frequentam o Mercado esperavam muito mais, esperavam que a Câmara e em particular o Sr. Presidente depois de licenciar as duas grandes superfícies tivesse uma intervenção no Mercado como contrapartida desse licenciamento. E o Sr. Presidente o que fez foi abandonar os comerciantes da Charneca de Caparica e do seu Mercado. Devia de ter criado contrapartidas, devia de ter tornado o Mercado mais atrativo, devia ter feito obras no Mercado e não fez. E hoje temos um Mercado ao fim deste Mandato, temos duas grandes superfícies a funcionar em pleno e o Sr. foi de uma deslealdade tal que hoje os comerciantes reconhecem isso. O Sr. devia ter feito, se fosse eu o Presidente da Câmara, o que o Sr. devia ter feito era no dia em que licenciou as duas grandes superfícies, chamava os comerciantes e dizia, eu estou aqui convosco, eu acabei de licenciar estas grandes superfícies, estarei ao vosso lado, vamos requalificar o Mercado, torna-lo mais atrativo para que vocês possam também na medida do possível competir com estas duas grandes superfícies. E isso não foi o que o Sr. Presidente fez, o Sr. Presidente abandonou os comerciantes. Basta ir ver o Mercado como está, estamos no final do Mandato Sr. Presidente e foi agora a correr colocar o chão. Porque estas obras foram anunciadas pela Junta em novembro, em dezembro, em janeiro, em fevereiro e até lhe digo mais, a Sr.^a Presidente da Junta que está aqui disse numa Assembleia de Freguesia que nem tinha conhecimento da instalação ou do licenciamento de uma das grandes superfícies, a última que abriu. Não se esteja a rir, porque isto é um facto e é verdade. Portanto, esta questão do Mercado da Charneca e digo-lhe outra coisa Sr. Presidente, e também ouvi dizer que tratam os comerciantes da Charneca e do Mercado, eu ouvi falar, algumas pessoas que estavam ao meu lado, que estávamos a falar de negócios, não Sr. Presidente, aquilo não são negócios, quem trabalha no Mercado da Charneca de Caparica não tem um negócio, tem um projeto de vida, depende do seu rendimento para conseguir sustentar a família, pagar a luz, pagar a casa. Não são negócios, são projetos de vida Sr. Presidente, e isto é muito importante. Esta é uma marca que o Sr. também vai deixar na Charneca de Caparica neste Mandato. Três anos e meio, zero. Zero Sr. Presidente.

A segunda questão tem a ver com as AUGI neste território. Sr.^a Vereadora Amélia Pardal, na Assembleia de dezembro, quando foi interpelada por mim relativamente às AUGI disse, que na próxima Assembleia traria a documentação. A Assembleia de fevereiro, acho que a Sr.^a Vereadora



nem sequer esteve, não sei, não me recordo. Não trouxe os documentos, fiz um Requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal há uns dias, pelo menos até há pouco não tinha recebido nenhuma resposta, não sei se entretanto...

Somos o camisa amarela das AUGI na Área metropolitana de Lisboa. Somos o camisa amarela. A Charneca e a Sobreda continuam com graves problemas de AUGI. Sr. Presidente se o Sr. acha que estou a incomodá-lo com a minha intervenção, eu calo-me. A questão das AUGI é uma questão fundamental e hoje estão aqui pessoas nesta sala que andam há trinta anos a tentar tratar de uma AUGI e a resposta não existe, Sr. Presidente. Há trinta anos. Eu pergunto quanto tempo mais é preciso para que isto se resolva. Isto é uma questão de vontade política, isto não é uma questão de dinheiros, é uma questão de vontade política e de opções políticas. Porque na margem Norte a questão das AUGI foi resolvida e muito bem.

A terceira questão Sr. Presidente. Rede Viária da Charneca de Caparica e a ex-377. Três anos e meio, continuamos com a nossa rede viária pior do que estava quando iniciou o seu mandato. Pior. E depois temos a questão da ex-377 que foi enunciada numa Sessão Pública de que ia ser convertida numa via urbana, ainda hoje estamos à espera. E o Sr. Presidente na Sessão de dezembro disse aqui que só ia avançar para a obra com Fundos Comunitários. Na Sessão de Câmara na Charneca, descentralizada, disse que agora temos que enterrar os cabos da PT e da EDP. Sr. Presidente, se o Sr. tivesse vontade política desde o primeiro dia que tomou posse, de resolver o problema daquela estrada, no fim do Mandato tenho a certeza que muito lentamente que andasse tínhamos o problema resolvido. O problema é que por opção política outra vez e mais uma vez, por opção do Município investiu em outras áreas, foi uma opção sua. E hoje continuamos com as estradas da Charneca inqualificáveis e que não foi gasto praticamente um cêntimo naquelas estradas a não ser tapa buracos. Porque a única estratégia que este Executivo da Câmara tem para a Charneca é uma espécie de tapa buracos. Vamos pôr um bocadinho de alcatrão aqui, um bocadinho de alcatrão acolá. E não há uma estratégia definida ao longo do mandato de quatro anos, oito anos dizer, vamos resolver este problema de uma vez por todas. O Sr. Presidente vai lá, leva o tapa buracos mete mais um metro de alcatrão, depois o alcatrão desaparece, depois vai lá a semana seguinte e mais um metro de alcatrão. E o que lhe peço de uma vez por todas, também já não vai a tempo, estamos a cinco meses de terminar o Mandato, mas o que devia ter feito desde o início do seu mandato era ter um Plano Estratégico para resolver estes problemas e nunca teve. Por isso, eu entendo que isso foi uma opção política que o Sr. tomou.”

7.1.2.4 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pegando aqui nas palavras do resumo que foi feito pela Sr.^a Deputada Luísa Ramos relativamente à 4ª Comissão, apenas tenho e porque estas questões o CDS-PP trará novamente com certeza à Assembleia Municipal, a questão da Moção do combate ao desperdício alimentar, a criação do Comissariado de combate ao desperdício alimentar que já está em vigor em Lisboa e muito bem. O CDS-PP fazendo um pequeno resumo trouxe essa mesma proposta para a criação desse plano à



Assembleia Municipal de Almada. Esteve aqui para discussão, desceu à Comissão a pedido da CDU com a concordância do CDS-PP e efetivamente na reunião da 4ª Comissão, não houve consenso para que pudéssemos dar um novo elã e o seguimento a esta proposta com a concordância de todos os Partidos. De qualquer maneira eu devo realçar que o CDS-PP na mesma Comissão fez a proposta de a Comissão poder ouvir pessoas, entidades ligadas a esse mesmo Comissariado nomeadamente aquele que existe em Lisboa, para que trouxesse mais contributos para o esclarecimento de todas as forças políticas nessa mesma Comissão. Todos os Partidos à exceção do CDS, e à exceção de um Deputado Municipal do PSD não concordaram com essa auscultação, digamos assim, para que houvesse um maior esclarecimento, um esclarecimento, um esclarecimento cabal para que essa mesma Moção pudesse em convergência com todos os Partidos subir aqui de novo à Assembleia e para que Almada pudesse também ter, à semelhança de Lisboa um Comissário Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar. O CDS-PP irá solicitar junto da Câmara Municipal um Requerimento e esperemos Sr. Presidente que esse Requerimento venha a horas e a tempo para que possamos discutir ainda nesta mesma legislatura autárquica essa mesma proposta, visto que o CDS-PP não vai desistir desta mesma proposta que foi, embora não haja votação na Comissão, foi chumbada por todos os Partidos aqui presentes com exceção do CDS-PP e com exceção de um Deputado Municipal presente do PSD. Portanto relativamente a essa questão era apenas para deixar este esclarecimento. Depois no que concerne às questões que têm a ver com esta parte da Atividade Municipal, o CDS-PP traz aqui questões relativamente a fiscalização de esplanadas. Ou seja, eu gostaria que o Sr. Presidente da Câmara me pudesse explicar ou algum dos Srs. Vereadores que tenha a tutela desta matéria, que explicasse aqui nesta Assembleia e aos almadenses e a quem nos ouve, quem atribui as licenças para as esplanadas, nomeadamente nos cafés, nos restaurantes e afins. Essa fiscalização é feita para verificar se está tudo em conformidade? Por quem é feita essa mesma fiscalização? O que acontece quando há denúncias por parte dos cidadãos que essa mesma fiscalização ou que alguma anomalia relativamente a essa mesma esplanada ou afins? Responde? A Câmara Municipal responde? Responde a tempo? Age? Vai agir? Não há fiscalização? É que Sr. Presidente, o Sr. Presidente deixou aqui mais uma vez, enfim é a opinião do Sr. Presidente, embora o CDS-PP perceba, mas não concorda de todo, por isso é que existem fiscais na Câmara Municipal, para fiscalizar aquilo que não está em conformidade no Concelho. Mas já que o Sr. Presidente apela a que os cidadãos façam também a sua parte cívica e vamos entender que assim seja, o que o Sr. Presidente quer dizer com isso, se há cidadãos que fazem o seu pedido, a sua denúncia, se a Câmara Municipal efetivamente, e estou a falar neste caso que tenham a ver com questões das esplanadas, licenciamentos de esplanadas, se a Câmara Municipal também responde a tempo e se age em conformidade para que essas mesmas situações possam ser resolvidas.

Depois Sr. Presidente, também uma questão que o CDS-PP costuma trazer aqui a esta Assembleia, também é recorrente e porque a questão ainda não foi resolvida, mais uma vez trazemos relativamente à iluminação no Terminal Fluvial de Cacilhas. Sr. Presidente, foi em duas Assembleias



Municipais anteriores que essa situação estaria potencialmente resolvida no início do ano, penso que foi assim, se não foi assim peço desculpa. De qualquer maneira, Sr. Presidente mais uma vez os dois postes ou três postes de iluminação que estão no Terminal de Cacilhas e que à noite não deixam de ter uma visibilidade que possa trazer segurança aos almadenses, Sr. Presidente é para resolver quando?

Ainda no mesmo Terminal a questão relativamente aos abrigos, também não têm eletricidade, não têm luz, o que dificulta muito as questões de segurança para quem usa aquele Terminal. E visto que nós falamos aqui das questões da TST e posso aproveitar também e lamentar mais uma vez que a TST não teve o cuidado, que a Assembleia Municipal e alguns Partidos Políticos têm trazido a público relativamente à Carreira 101 que faz a ligação de Cacilhas ao Cristo Rei, onde as pessoas mais idosas continuam a ter sérias dificuldades para conseguir utilizar e para ter uma mobilidade a que todos têm direito, nomeadamente através do transporte público.

Uma última questão para já Sr. Presidente. Penso que também é do conhecimento, pelo menos desta Assembleia, se não estou em erro de um ofício por parte da tutela relativamente também, e trago mais uma vez aqui essa questão, a remoção do amianto da Estação Fluvial de Cacilhas. Sr. Presidente por aquilo que nós tivemos indicação o início das obras estaria previsto para dezembro, ora já estamos em abril, já estamos em 2017, o CDS-PP questiona o Sr. Presidente da Câmara se tem alguma informação por parte da Transtejo ou neste caos por parte da tutela, do Governo se está previsto alguma intervenção para que aquela infraestrutura seja removida o mais rápido possível. Para já são só estas questões.”

7.1.2.5 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Na página 2 da introdução do Relatório sobre a Atividade Municipal, mesmo ao fundo, refere-se que Almada tem a melhor vista sobre Lisboa, eu concordo. Mas em Almada a melhor vista sobre Lisboa é em Cacilhas. E Cacilhas tem estado um pouco abandonada. Há dois assuntos que em Cacilhas são extremamente penosos, trata-se do estacionamento e da limpeza. Sobre o estacionamento apenas um breve apontamento. Hoje mesmo em 30 automóveis estacionados na rua Trindade Coelho, 8 estavam em situação que eu passo a descrever. Um estava na Casa Municipal da Juventude e o aviso era feito em papel particular. Três estavam legalmente estacionados. Um era válido a sua autorização de estacionamento apenas até março de 2017. Um era uma carrinha de obras. Um era válido até novembro de 2017. Um era de uma funcionária do Centro Paroquial com um documento do próprio Centro e não com o documento emitido pela Autarquia.

Estas situações são recorrentes. Isto é apenas uma amostragem que eu trago aqui. Há que fazer notar que a placa de sinalização de estacionamento autorizado continua em todo o seu esplendor a enganar quem ali vai estacionar. Aquela placa devia ter sido retirada há muito, muito tempo ou talvez não porque os visitantes ignoram as placas e os avisos sejam de residentes ou não. Não há grande critério em relação a isso. Mas sobre estacionamento estamos conversados.



A sugestão que hoje quero deixar é a seguinte, junto à Arriba, Arriba essa que dá acesso à Quinta do Almaraz, foi posta há muitos anos uma vedação que esteve provisória durante alguns anos e que no último Mandato foi posta a título definitivo, porque havia algumas pedras que caíam da Arriba e que poderiam prejudicar as pessoas que ali passavam. Até ai tudo certo. Acontece que o corredor entre a Arriba e essa vedação está sempre imundo, as pessoas fazem daquilo o seu caixote do lixo. Eu sei que a Autarquia de vez em quando manda fazer uma limpeza, penso que é uma competência da Junta de Freguesia e de facto de vez em quando, eu creio que está a ser feita uma vez por ano. O que é certo é que aquilo tem muito mau aspeto. E a minha sugestão é a seguinte, que entre a vedação e a Arriba se plantem umas árvores, sugiro cedros. Mas eu não sou Engenheira paisagística, a Câmara terá técnicos mais competentes para fazer a escolha dessa árvore que eventualmente ali venha a ser plantada. E assim nós daríamos àquele espaço a ideia de uma pequena avenida e deixávamos de ter aquela zona tão pouco cuidada. E já agora, nós não podemos contratar o Vhils para vir fazer uns desenhos na Arriba, não podemos. Eu concordo que é muito caro e ali não é propriamente uma zona nobre da Cidade, mas se calhar há seguidores do Vhils que poderiam fazer uma coisa bonita naquela Arriba. E eu lembro que aquela Arriba é vizinha da Casa Municipal da Juventude. Nós temos a juventude ali permanentemente e agora então tem tido muita, muita atividade, tem tido muita atividade. Eu acho que a Casa Municipal da Juventude merece um envolvimento mais harmonioso, menos convidativo ao desleixo e à inércia. Os exemplos que os jovens podem acolher também advêm de um ambiente mais organizado, mais convidativo. As 5 Tílias que agora estão quase a florir precisam de outra vizinhança que não um muro inóspito e um corredor cheio de dejetos caninos. Peço-lhe que tal como nos ouviu em relação ao piso na descida da Carvalho Freirinha para Cacilhas que está excelente, nos ouça também em relação a este pequeno projeto.”

7.1.2.6 – O Sr. Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Cabe-me aqui apresentar algumas breves notas sobre a existência de problemas no Município e assim começo por alertar para a necessidade de se tornar a podar as árvores sitas na rua da Liberdade em Almada, pois as mesmas já tapam novamente os postes de iluminação e as respetivas lâmpadas contribuindo para mais escuridão na zona o que vem causando algum desconforto aos moradores.

Solicitar informação como é que está a situação das piscinas da Academia Almadense que a Câmara adquiriu e que muita falta tem vindo a fazer aos Municípes daquela zona.

Para quando a sua reabertura.

Fomos abordados por alguns frequentadores do Parque da Paz sobre o problema da falta de iluminação naquele local que também já aqui referimos várias vezes, gostaríamos de saber se a Câmara pondera a possibilidade de ali mandar instalar uma iluminação adequada.

Outra sugestão que os utentes do parque fazem que tem a ver com a instalação de um quiosque com revistas ou jornais e outros artigos que gostariam de também ali ver surgir.



Outra sugestão tem a ver com o estado do acesso à Azinhaga do Formozinho na Fonte Santa, Monte de Caparica estando o muro em estado bastante instável, tendo a Câmara posto umas barreiras de proteção para que o muro ali existente não caia e os Serviços de Proteção Civil Municipal colocados uns separadores para preservar a circulação das pessoas que ali residem e dos alunos da escola próxima. Este é um assunto que se prolonga já há algum tempo, sem que a Câmara o resolva.

Gostava também de ter informação sobre a não pintura das passadeiras nas zonas que já foram alcatroadas em Almada, e que têm originado alguns constrangimentos entre os peões que querem atravessar as ruas e os automobilistas que não param, nem abrandam nas zonas onde deviam.

Finalmente questionar qual a resposta a um pedido dos moradores da rua Ramada Curto da Charneca de Caparica, da instalação de uma lomba dissuasora das velocidades logo a seguir ao cruzamento com a rua Teixeira de Queirós no final da saída da A33 para Palhais. Esta solicitação dos moradores, prende-se essencialmente com as dificuldades da realização das manobras de entrada e saída para as garagens das residências e da perigosidade na circulação de peões nos passeios. A velocidade a que circulam naquela via julgando que ainda se encontram na A33, alguns automobilistas menos conscienciosos insultam os moradores chegando mesmo a ameaça-los com confrontos de ordem física, não compreendendo que as pessoas precisam de entrar nas suas residências. Relativamente à dimensão reduzida dos passeios neste troço, parece não se cumprir o preceituado no Decreto-Lei nº 163/2006, que prevê que os passeios tenham uma largura livre mínima de metro e meio nas vias principais ou distribuidoras. Segundo consta, parece que alguém da Câmara Municipal terá sugerido a algum morador também a possibilidade de ali eventualmente se poder instalar uma passadeira sobrelevada.”

7.1.2.7 – A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Então muito rapidamente e aproveitando as últimas palavras do Sr. Presidente na síntese que fez ou na apresentação que fez para dar entrada a este assunto da agenda a propósito das visitas ao site da Câmara, tenho uma questão a colocar. No separador da atividade do CLASA, constam documentos que estruturam o sentido e a atividade da rede social e estranhamente precisamente numa das últimas visitas ao site, encontro não sei, por lapso, mas gostaria de saber o que é que lá faz um documento de 2002, sendo o último diagnóstico social que consta da página da Câmara. Sabendo que existe um diagnóstico feito em 2014, sabendo que esse diagnóstico foi objeto também de um serviço externo, não foi feito basicamente com a prata da casa embora envolvendo obviamente todos os atores, queria-lhe perguntar porque é que não consta do site da Câmara esse diagnóstico.”

7.1.2.8 – A Sr.^a Deputados Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Um esclarecimento à Assembleia. Eu creio que o Sr. Deputado não foi rigoroso, o Sr. Deputado do CDS não foi rigoroso porque a Comissão não recusou ouvir outras entidades, o que a Comissão considerou era que não era necessário ouvir outras entidades, nem outras pessoas relacionadas com



a proposta do CDS, porque na opinião dos membros da Comissão as alternativas que nós apresentávamos, designadamente um aprofundamento via CLASA, parecia-nos ser a situação para colocar aquela necessidade, não em termos de criar mais uma estrutura, mas sim aproveitar as estruturas que existem para acompanhar esse trabalho. Não é verdade que os Partidos na Comissão recusaram ouvir seja quem for. Consideramos é que face às alternativas que estávamos a colocar não se justificava ouvir ninguém. Presumo que as coisas em abono da verdade têm que ser ditas.

Sr. Presidente eu também aproveitava agora para falar de duas situações que vêm aqui no documento que está em análise. E a primeira pergunta Sr. Presidente da Câmara é que o Circuito para a Saúde costumava vir inserido na parte da Mobilidade, na página 43, costumava vir no ponto 3.9 e aliás o enunciado cá está, de verificar o Sistema de Mobilidade Inclusiva de iniciativa Municipal criando um novo serviço para as deslocações para os Serviços de Saúde e prosseguindo o funcionamento do Flexibus. Mas sobre o Circuito para a Saúde não vem nada neste ponto curiosamente, porque eu leio o documento e não falo de cor. Na página anterior, na página 31 no Eixo do Ambiente ficamos a saber então que não está tudo perdido porque houve o início da elaboração da candidatura, ação 5, criar um Serviço de Mobilidade Urbana Inclusiva, Circuito da Saúde. Em que lado é que isto fica? Mobilidade, Ambiente, parece-nos que deve ser como sempre foi nas questões da Mobilidade. E por aquilo que vem nestes dois meses de atividade, que são os meses de janeiro e fevereiro gostávamos então de perguntar o ponto da situação da candidatura e para quando de facto a existência deste projeto tão importante que é o do início do Mandato.

Depois umas breves considerações. Eu creio que na parte da Solidariedade, eu acho que nós estamos bem, acho que este documento revela bem a forma integrada como para a ação social este Município, esta Câmara está a trabalhar. Eu creio que o trabalho desenvolvido nestes dois meses seja na área da habitação camarária, seja nas várias iniciativas com os moradores, seja aqui no 2º Torrão, e nas Terras da Costa, enfim a envolvimento da participação como ontem o Sr. Presidente da Câmara falava em encontrar as soluções com as pessoas, enfim parece-me que de alguma maneira este Relatório indicia a forma como trabalhamos. Naturalmente Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós já aqui informámos que é insuficiente consideramos insuficiente, ainda não está no ponto em que nós gostaríamos todos, seguramente, a reabilitação dos Bairros da Câmara, mas que há um esforço no sentido da sua recuperação isso é inegável e ao longo dos vários Relatórios de Atividade nós temos sempre números, nós temos sempre a informação dessa intervenção. Creio que para além disto, o combate à pobreza, as iniciativas em relação aos idosos, as iniciativas relativamente às crianças, penso que é uma visão integrada do combate à pobreza, penso que deve ser assim e penso que estamos no bom caminho e pela atividade e pelo trabalho que aqui vem espelhado nestes dois meses de atividade, Sr. Presidente do nosso ponto de vista há que continuar a intensificar, mas não temos razão nenhuma para dizer que estamos pior do que no início do mandato, ou que por ventura alguém possa afirmar que Almada hoje está pior do que no início do mandato. A CDU revê-se neste trabalho Sr. Presidente.”



7.1.2.9 – O Sr. Deputado Municipal Fernando Folgado dos Santos (PAN):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O Regulamento Municipal de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem Urbana de Almada prevê na alínea d), do artigo 54º a proibição de alimentação de animais na via pública e na alínea e) do mesmo artigo a proibição de alimentação de animais errantes em espaços privados nomeadamente logradouros e varandas. Consciente da injustiça de tais normas, entendeu esta Assembleia que decidir proibir alimentar animais de rua que o são, não por escolha mas pelo resultado das práticas da nossa sociedade, é fugir à responsabilidade dos atos dos seres humanos que têm obrigação de cuidar da natureza que usam e dos seres que nela habitam. Deliberando através do nº 13, da Sessão Plenária do mês de junho de 2016, Edital Nº 586/XI-3º, recomendar a Câmara Municipal de Almada a revisão do referido Regulamento Municipal por via de um aditamento que permitisse aos cidadãos do Município o fornecimento de alimentação a animais em espaços públicos desde que asseguradas as condições de limpeza do local e eliminação de quaisquer detritos na via pública.

Face ao exposto vimos só pedir que seja dedicada uma certa atenção a este assunto para não termos que estar expostos a uma situação de pagar multa que vai entre os 24 e 1870 euros, quando se pretende conjugar com duas coisas difíceis que é a salubridade e valores humanos.”

7.1.2.10 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.^a Deputada Luísa Ramos, eu penso que não há aqui nenhum erro de perceção mútua, eu acho que fomos todos muito claros na Comissão e portanto quando se diz que entendeu que não era necessário ouvir ninguém para dar contributos para a Moção é recusar que alguém vá prestar informações à Comissão. Portanto a CDU não quer a criação do Comissariado de combate do desperdício alimentar em Almada, assumam.”

7.1.2.11 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas porque na minha primeira intervenção me passou referir um assunto que não podemos deixar de referir neste momento. Em 2014 foi dada informação aos comerciantes da rua Cândido dos Reis que poderiam instalar umas fixações no chão para os chapéus-de-sol que usam nas suas esplanadas, foi inclusivamente fornecido um croqui com o tipo de materiais a utilizar. Nós recebemos informação agora em 2017 através de um ofício nº 130/2017/FIS se não me engano e cujo assunto era “remoção de suportes metálicos de apoio aos chapéus-de-sol no local rua Cândido dos Reis”. Gostaríamos de perceber porque é que em 2014 foi dada autorização aos comerciantes para esta colocação, sendo que a colocação foi da responsabilidade dos comerciantes e o investimento foi dos comerciantes e porque é que em 2017 sem haver qualquer comunicação nos dois sentidos lhes foi imposta a retirada e creio que alguns já procederam mesmo à retirada desses apoios.”

7.1.2.12 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria d’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Tem a ver com as Marchas Populares que são uma iniciativa de grande impacto em termos da comunidade. E de facto já tenho alguns anos e nós temos vindo a diminuir a participação das Coletividades e das Associações a nível desta iniciativa, mas penso que este ano a situação está um pouco mais complicada. Das dez habituais, penso que só há nove candidaturas eventualmente estarão em risco uma ou outra Coletividade, portanto o Vereador mais do que eu saberá. Gostaria de perceber, prende-se com uma das Coletividades de facto com a licença de ruído que estava no Regulamento anterior que não foi mas penso que está em situação de solução, teve a ver também um pouco com as questões da alteração da data. Eu entendo os vossos motivos, mas se calhar não sei se isto foi visto tão atempadamente com os participantes com as instituições que se candidataram e por outro lado é o financiamento tardio, de facto as marchas implicam grande investimento e de facto o seu financiamento tardio também não abona e penso que esta situação havia de ser mais acutelada na medida em que eu penso que Almada poderá ficar reduzida a muito menos marchas do que as habituais. Portanto era uma situação que eu gostaria de facto que me explicassem o porquê destas questões e o porquê de facto de possíveis desistências relativamente a Coletividades que sempre participaram e que este ano estão em risco.”

7.1.2.13 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu ia pedir aos Sr. Vereadores para responderem a algumas questões que estão mais dirigidas aos respetivos Pelouros.”

7.1.2.14 – A Sr.^a Vereadora Maria Amélia Pardal, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Então começaria pela questão das AUGI. Relativamente às Áreas Urbanas de Génese Ilegal, de facto está um documento que foi terminado hoje e que será enviado à Assembleia Municipal para todos os Srs. e Sr.^{as} Deputados Municipais e também será respondido o Requerimento feito pelo Sr. Deputado Pedro Matias. Iria ser muito breve porque terão a oportunidade de ver os dados, de qualquer forma dizer que os dados talvez mostrem um bocadinho uma diferença relativamente àquilo que foi aqui afirmado relativamente às AUGI. Dar nota que entre 2009 e 2017 finalizaram-se áreas de reconversão com receção provisória ou definitiva, isto é chegaram ao seu fim 25 áreas urbanas de génese ilegal no Concelho de Almada, entre Caparica, Charneca e Sobreda. Seis AUGI estão neste momento em obras de urbanização, doze têm Alvará emitido entre 2009 e 2016. Estão em processos de reconversão em curso, isto é, ainda não chegaram às obras. Doze áreas urbanas de génese ilegal. Nove áreas urbanas de génese ilegal têm fortes condicionantes nomeadamente REN e outras servidões, o que nos levaria a crer que destas nove nenhuma delas conseguiríamos avançar sem uma intervenção muito forte de outras entidades e ainda algumas delas senão todas dir-se-ia que não conseguimos avançar, o que é de facto é que neste momento destas nove, quatro delas Quinta do Fóni, na Charneca; Quinta da Rosa, na Caparica; Quinta da Palmeira, na Charneca e Bairro dos Leões, na Charneca estamos com as Comissões e com as Entidades, nomeadamente a CCDRLVT a encontrar



ou encontrarmos soluções que podem fazer avançar os processos e que estão a fazer avançar os processos. Diria que vale a pena quando falamos destas coisas falarmos dos números, falarmos da realidade e penso que todos os Srs. e Sr.^{as} Deputados amanhã terão possibilidade de ter esta informação com detalhe ou rigor com muito mais do que aqui dei, e perceber que este é um trabalho muito sério que os técnicos têm vindo a fazer junto das Comissões e junto das Entidades, e que avançamos muito bem relativamente a estas matérias.

Relativamente à questão das obras. Azinhaga do Formozinho, é um processo e a questão do muro que foi levantada teve um primeiro empreiteiro que não agarrou a obra, desistiu da obra e há um novo empreiteiro já na obra, já ontem estavam a ser instaladas as estacas para o processo de obra se desenvolver, na estrada do Formozinho.

Relativamente à questão das Piscinas de Almada, as chamadas Piscinas da Academia. Na última reunião de Câmara foi aprovada a fase de erros e omissões e o processo de concurso está a decorrer para a obra e irá, se tudo correr bem, por volta do mês de setembro, não quero estar aqui a dizer rigorosamente porque há aqui naturalmente dados que não estão na nossa mão, dependendo dos concorrentes, etc., estaremos em condições de começar a obra tal como tínhamos previsto já há alguns meses atrás.

Relativamente à questão da estrada da Charneca, aquilo que obviamente e sem me substituir ao Sr. Presidente, aquilo que o Sr. Presidente terá dito não naturalmente que estávamos à espera de Fundos Comunitários, o que dissemos na altura é que era bom que os Fundos Comunitários permitissem e viessem contribuir para aquilo que é a reconversão destas zonas e a sua reabilitação e a sua regeneração, o que não veio a acontecer e, portanto a partir daí aquilo que temos são Orçamentos Municipais que naturalmente não há vontade política por maior que seja, que num Mandato fizesse uma obra desta dimensão, primeiro pelos milhões que custa, depois pela complexidade de uma obra desta natureza. Já explicámos e penso que voltaremos a explicar muito em breve a todos os Municípios, nomeadamente aos da Charneca as razões que levaram a que a obra não tenha ainda começado. E certamente perceberemos todos que vamos ganhar também do ponto de vista financeiro para que a obra possa avançar mais rapidamente numa fase posterior.

Dar nota relativamente à questão dos licenciamentos das superfícies. Primeiro estamos a falar de superfícies que não são grandes superfícies, mas médias superfícies, estamos a falar de um Modelo, de um Minipreço e de um Aldi, na Aroeira, é disso que estamos a falar quando falamos de superfícies comerciais licenciadas nesta zona. Dar nota que nós não fazemos a regulação do Mercado e portanto não podemos impedir a instalação e independentemente da opinião de cada um ou de cada uma de nós, que possamos ter sobre a instalação destas médias superfícies. Não fazemos a regulação do mercado e o que fazemos é no quadro das nossas competências licenciar tendo em conta questões de acessibilidade, de estacionamento, qualidade arquitetónica, inserção no tecido urbano, equilíbrio são estas as nossas condições, é isto que fazemos. É preciso ter algum cuidado quando se fala de contrapartidas, não há contrapartidas no quadro legal em vigor, há outras coisas e nestes processos



nós o que fazemos é garantir que aquilo que é o interesse municipal seja garantido, que os munícipes tenham naturalmente os seus direitos garantidos. É preciso termos muito cuidado com as conversas da contrapartida e das contrapartidas, porque temos um quadro legal em que trabalhamos e é muito fácil falar quando não temos que do ponto de vista do licenciamento cumprir um conjunto de regras e nós cumprimos-las e fazemos questão de as cumprir ao nível técnico e político.

Finalmente dar nota só a uma questão que foi colocada e que tem a ver com as questões da Charneca. Nós temos para além disto uma obra que começou com a Escola da Charneca e dar nota que naturalmente temos necessidade de muitas coisas na Charneca de Caparica, mas que temos ao nível da obra municipal um investimento elevadíssimo e que podemos muito em breve, dizia o Sr. Presidente que tentaria amanhã ter esses dados no que se refere à obra municipal, dar ideia daquilo que tem sido o investimento nesta Freguesia como noutras no Mandato que daqui a alguns meses termina.

Relativamente à questão colocada pelo Deputado Carlos Guedes sobre a Cândido dos Reis, isto é verdade e houve aqui um problema sério, isto não é uma coisa que não se resolva, mas houve aqui um Despacho há dois anos atrás, ou três, sobre esta matéria exatamente por causa do vento na Cândido dos Reis e não é possível ter os chapéus sem ser desta forma. Aquilo que aconteceu foi que numa medida que tomámos nos últimos meses de intervenção na rua e normalização na rua, um dos serviços da Câmara tinha indicações para retirar uma série de coisas e aquilo que aconteceu foi que alguns comerciantes retiraram outro tipo de estruturas e a própria Divisão de Fiscalização avançou para a retirada destas bases e já percebemos que houve aqui uma coisa que não devia ter acontecido e naturalmente a situação vai-se repor, os técnicos já falaram com os comerciantes e vamos repor a situação mas muito obrigada também por ter colocado.”

7.1.2.15 – O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas que foram aqui levantadas. Primeiro a questão levantada pelo Sr. Deputado Carlos Gudes sobre o Miradouro dos Capuchos, esta situação foi detetada há poucos dias já a conhecemos, estamos a tentar intervir. Aquela é de facto uma zona que tem tido algum abandono, ficou um bocado marginal em relação às zonas ali mais procuradas daquela área e tem sofrido algum vandalismo e é preciso intervir de facto está em más condições e é uma situação que estamos a olhar para ela no sentido de a melhorar. Não é só as pedras que agora começaram a ser roubadas, o espaço está todo pintado e grafitado no mau sentido, enfim, temos que ter ali de facto uma intervenção.

Sobre as questões da rede viária da Charneca, tirando a 377, eu penso que se tivermos em conta todos os Relatórios que têm vindo a esta Assembleia Municipal, a informação que tem vindo a ser dada sobre a intervenção na rede viária que estamos a fazer no Concelho e a própria ida à rua ver e a tomar conhecimento com aquilo que é feito e que existe e que é visível e que está todos os dias ao acesso de todos que andem minimamente pelas ruas do nosso Concelho, nomeadamente na Charneca de Caparica, deparará com uma situação que certamente não se pode dizer que está pior



do que no início deste Mandato, se atendermos a que breves contas e tomando por base aquilo que dizemos até agora nas intervenções só na Charneca de Caparica, sem contar com as outras intervenções no Concelho que foi também visível na Cova da Piedade, etc., onde estivemos a intervir, só na Charneca de Caparica estamos a falar de 60 km de rede viária, estamos a falar provavelmente de cerca de 10 km, 11 km lineares de rede viária de novo asfalto, para além de inúmeras intervenções de tapa buracos. Só quem não conhece o território é que pode dizer que está pior. Não encontro outra razão. Mas mesmo não se conhecendo, não andando na rua, bastaria a informação que vem a esta Assembleia Municipal para não se poder dizer uma coisa desta natureza.

Sr. Deputado António Maco, sobre a iluminação de Cacilhas. A situação que temos em Cacilhas são torres de iluminação antigas, muito pouco eficientes, são projetores com gás energético, com consumo energético enorme, com alguns anos e que com intervenção do Metro Sul do Tejo foram desligados com corte do cabo que ali na altura existiu, mantendo-se no entanto a iluminação pública, não está às escuras o Largo de Cacilhas, tem a iluminação pública normal de outros arruamentos, deixou de ter foi aquelas torres de iluminação com todos aqueles projetores ligados. Tem-se estado a fazer uma avaliação do tipo de iluminação que substitua aquela iluminação que não pode ser religada, estamos a falar de iodines com 2 mil, 3 mil watts cada um e torres com vários iodines desta natureza, só aquelas duas torres têm mais do que algumas ruas centrais de Almada no seu conjunto e estamos a estudar duas soluções, uma de candeeiros mais baixos que possam reforçar a iluminação que já existe ou em alternativa uma iluminação naquelas torres num outro tipo de projetores mais eficientes daqueles que hoje já existe. E portanto está no nosso plano de iluminação pública com a EDP para que seja concretizada e alterada aquela iluminação que ali existe.

Sr.^a Deputada Odete Alexandre a questão da placa de estacionamento, penso da rua Trindade Coelho, naquela zona ali perto da Casa da Juventude ficou ali uma coisa fora da época e temos que retirar de todo, não faz sentido, fala em zona tarifada quando não existe sequer parquímetros. Temos ali uma situação que está a ser alterada, está detetado. Pensava até que já estaria. Irei com certeza tomar nota junto dos serviços para que rapidamente isto possa acontecer. A questão que sugere de plantação de árvores, de cedros naquela vedação entre o Almaraz, teremos que ver, mas seria eventualmente uma situação interessante para evitar aquele vandalismo que ali existe e o despejar de lixo para lá para dentro, com todo o prejuízo para quem ali habita.

Sr. Deputado Salgueiro, sobre as questões das árvores da rua da Liberdade tapar candeeiros, nós temos um plano de podas que termina no início da primavera, no final de março quando as árvores começam a florescer e não podem ser ou não devem ser podadas a partir desta altura, mas de qualquer modo algumas situações mais complexas poderemos fazê-lo e tentamos respeitar na medida do possível os ciclos vegetativos, mas teremos também em atenção e verificaremos também esta situação se estiver a tapar a iluminação.

A questão do Parque da Paz, tem tido um plano de iluminação que não é propriamente o nível de iluminação pública que temos na Cidade, não podemos ter, existe ali um ecossistema, existe todo um



conjunto de fauna que tem que viver com os seus ritmos e que não pode ter ali uma iluminação exagerada. Tentamos colocar iluminação, aliás com energia solar naqueles caminhos principais. Admitimos ainda continuar este plano de iluminação do espaço público atendendo à natureza do espaço.

Pintura das passadeiras. É uma realidade, nós temos duas empreitadas diferentes uma é de asfaltamentos, outra é de pinturas. Os momentos são diferentes e depois origina a questão que coloca e temos que insistir para que o empreiteiro vá rapidamente para o terreno recuperar isto e colocar as passadeiras de maneira a evitar confusões, sendo que no Código da Estrada o que prevalece, independentemente da sinalização horizontal é a vertical e essa existe e sinaliza. Mas muitas vezes as pessoas estão mais despertas para a horizontal e precisamos de rapidamente resolver isso. Aliás esta questão é exatamente uma confirmação do que disse há pouco das inúmeras intervenções na rede viária de asfaltamento, é de facto isso, é que nota a falta das passadeiras que entretanto foram tapadas pela intervenção do asfaltamento.

Sr. Deputado do PAN, Fernando Santos, a questão da proibição da alimentação dos animais tem a ver com uma questão de salubridade, mas não se ficou por aqui, também é acompanhado de uma intervenção muito grande junto das Associações Animais, nomeadamente a Associação dos “Amigos dos Animais da Cidade de Almada”, mas também a Associação “Onde Há Gato Não Há Rato”, “O Amor da Fera”, etc., no sentido de encontrar soluções que não seja cada um dar a alimentação da forma menos, enfim com menos problemas de salubridade que muitas vezes se colocam. Temos que trabalhar nesse sentido, naturalmente percebendo a questão que esteve por detrás da intervenção que na altura existiu nesta Assembleia Municipal, não penalizar quem de facto está a querer fazer bem e obviamente como coloca a culpa não é dos animais por terem sido abandonados. Temos que trabalhar e temos muito caminho ainda a fazer do ponto de vista civilizacional para resolver esse problema.”

7.1.2.16 – O Sr. Vereador António Matos, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aproveito a ocasião para de forma telegráfica, mas não podia deixar de o fazer, saudar calorosamente os Srs. membros deste parlamento do Povo que é a Assembleia Municipal de Almada.

Dizer que em relação às marchas populares, nós estabilizámos este ano naquilo que tem sido o número dos últimos anos e que é à volta de uma dezena, longe vão os tempos e bastantes já que eram um pouco mais, mas os últimos anos têm sido uma dezena, lembramos bem o número de participantes nesta grande manifestação de cultura popular. Este ano mantém-se o referencial dos 10, há uma desistência que não é bem desistência, é uma opção da Al-Madan que considerou que por razões internas devia este ano não participar e melhor se organizar para aparecer em força no ano 2018, mas eles mantêm o seu projeto de cultura popular ativo no centro da Cidade Velha, este ano não vêm para o centro da Cidade e ao Pavilhão mostrar a sua graça e a sua performance a que já nos habituou.



Quanto ao apoio vai à próxima Sessão de Câmara e não foi ainda porque há um conjunto de documentação em falta, na maioria das Associações. As Associações para receberem um novo subsídio, como sabem, têm que ter provado a aplicação dos subsídios anteriores, têm que ter entregue documentação fiscalmente válida, assim como um conjunto de outra documentação ligada ao cumprimento dos estatutos, atas de aprovação de relatório e contas, o próprio relatório e contas e um número significativo de instituições não o tinha feito. Houve um trabalho nas últimas horas, nos últimos dias bastante intenso dos serviços que levou a que neste momento apenas duas instituições não tenham a sua condição, enfim não estejam em ordem. Falta ainda alguma documentação no caso a Gandaia e a União Pragalense, a própria Santa Casa da Misericórdia de Almada entregou hoje a meio do dia alguma da documentação e portanto está tudo em ordem no sentido de ir a uma próxima Sessão de Câmara.

Relativamente às datas a inversão, primeiro Pavilhão e depois avenida, como assim e chama é um bocado na esteira da prática de outras Cidades, em particular a Cidade de Lisboa, a sequência é esta que nos últimos anos vários dos marchantes, várias das marchas sugeriam. Este ano foi acolhido e primeiro há a iniciativa no Pavilhão e depois, digamos, a grande festa da avenida a terminar esta operação de cultura popular.

Depois dizer que o que tenho em nota é que mais uma vez este ano vai ser uma grande iniciativa e vai ser um ponto alto da manifestação da cultura popular da nossa terra. Ruído também está resolvido e portanto sendo como é a Câmara uma instituição parceira, não haverá lugar a aplicação das licenças especiais de ruído e tudo isso está resolvido. E portanto preparemo-nos todos para ir ao Pavilhão e avenida celebrar em festa as grandes marchas da região de Lisboa que são as marchas populares de Almada.”

7.1.2.17 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vou ser breve para não prolongar o tempo, é natural que depois algumas matérias que foram aqui colocadas voltarão com certeza a ser abordadas no quadro da apresentação do Relatório de Atividades e Conta do ano 2016 e portanto aqui só tratar alguns assuntos.

Tomámos boa nota das questões relacionadas com o Miradouro dos Capuchos e em relação à questão dos sumidouros da Pedro Matos Filipe e também em relação à questão do quiosque da SFUAP, uma situação que aliás não é nova e que necessita de uma intervenção mais consistente.

Em relação à Comissão de Inquérito, o seu trabalho tem vindo a evoluir não no prazo que desejávamos, de qualquer maneira alguns aspetos que resultaram da avaliação que tem sido feita no âmbito da Câmara Municipal tem vindo a permitir uma intervenção já em relação a situações dessa natureza. Aqui o importante naturalmente é aprender com os erros, aprender com as insuficiências e resolver de forma a proteger melhor o nosso espaço público, mas sobretudo os nossos cidadãos. É isso que tem vindo a ser feito e recentemente como se devem ter dado conta, foram tomadas um conjunto de medidas de precaução em várias áreas do nosso Município. As conclusões da Comissão



de Inquérito estão já para muito breve e com certeza pelo menos o que me dizem é que serão entregues muito proximamente, e os dados que aqui foram referidos constam tanto quanto me foi dito, parece constar também da documentação que foi recolhida também pela Comissão.

Sr.^a Deputada Luísa Ramos, em relação às questões ligadas com a CPCJ e o Circuito da Saúde, sublinhar dois aspetos. Em relação à CPCJ o maior envolvimento do Município no Quadro de um protocolo com a Segurança Social nesta matéria, assegurando aspetos importantes do funcionamento e, enfim o elevado número de casos que têm vindo a ser acompanhados, que será motivo de uma breve nota no nosso próximo boletim, sendo que em 2016 a CPCJ acompanhou aproximadamente mil processos, mantendo mensalmente ativos cerca de quatrocentos. Trinta e dois por cento referem-se a questões de bem-estar e desenvolvimento da criança, negligência 24,5% de casos. Os casos de situação de perigo para o desenvolvimento e educação são de 21,8% e 20% relativo a comportamentos que podem comprometer o bem-estar, desenvolvimento e crescimento da criança e do jovem. São sumariamente estes os dados. Um trabalho que tem imenso valor e que temos de agradecer àqueles que lá trabalham em várias condições. Lembrar que temos em processo uma iniciativa, a história do “Laço Azul” que é uma proposta que a CPCJ de Almada faz às Escolas e Instituições Particulares de Solidariedade Social e às Famílias do Concelho para assinalarem o mês da prevenção dos maus tratos da infância. Obrigado pela questão que colocou.

Circuito da Saúde, a ideia inicial era fazermos este circuito com um autocarro que funcionava com gasóleo, apareceu a possibilidade no quadro dos projetos europeus, de podermos fazer, concretizar o Circuito da Saúde com autocarros elétricos com uma subvenção comunitária para que isso fosse possível, no entanto o atraso na abertura dos avisos leva-nos neste momento a considerar adquirirmos nós os autocarros. Isto também tem sido objeto. Já agora dizer-vos, não está nada fechado, de algumas conversas que no quadro da melhoria do esforço pela melhoria dos transportes que temos feito com a TST, no sentido de procurarmos também nesse âmbito ver se encontrávamos solução, porque como sabem é um problema sério para a nossa população.

Sr. Deputado Pedro Matias, desculpe se de alguma maneira incomodei, mas de facto entendi muito da sua intervenção no quadro de um processo eleitoral que há de decorrer, temos muito tempo para falar e portanto muito marcado por essa paixão. Não iria estar a marcar nem agora a debruçar-me mais sobre este tipo de questões, na medida em que não se tratou propriamente até de perguntar, ou de opiniões, mas de alguma apologética em torno daquilo que são ideias que têm já à partida, mas que nós respeitamos, como é óbvio, mas opiniões que manifesta, embora naturalmente não as acompanhamos. Com certeza que sabe perfeitamente que temos maior preocupação com os nossos Operadores dos Mercados, quer os da Charneca, quer os e Almada, quer os da Cova da Piedade, quer os da Costa e da Caparica e conhecemos bem quais são as dificuldades por que passam esses Comerciantes e esses Operadores. Estamos muito apostados em melhorar a sua condição e naturalmente a condição das suas famílias, normalmente pessoas humildes e famílias humildes que vivem desse seu trabalho.



Sr. Deputado António Maco, a questão do combate ao desperdício alimentar reconhecerá, como nós reconhecemos que nasceu num quadro que o perverteu de certa maneira. Nasceu num quadro de combate à situação da fome profunda em que vastos sectores da população portuguesa foram vítimas, na sequência das políticas sociais de governos e de opções também de governos nessa matéria. Foi um processo de facto inquinado à partida que naturalmente pode ser encarado numa perspetiva também designadamente no que diz respeito à perspetiva de sensibilização das pessoas em relação ao uso dos bens alimentares. Há esta componente positiva, mas não podemos deixar, com certeza reconhecerá como nós, que não começou da melhor maneira e que tem sido alvo de uma polémica sempre muito acesa que não favoreceu até a sensibilização das pessoas em relação a este assunto. Mas na medida da nossa atividade procuraremos contribuir para que as coisas nesse aspeto melhorem.

Licenças das esplanadas. Algumas são das Freguesias, outras são da Câmara. Depende das características das esplanadas. Depois é preciso ver caso a caso, há todo um trabalho de articulação entre a Câmara e as Freguesias para melhorarmos o ordenamento. De qualquer maneira assumimos que tivemos uma perspetiva no início e perante as dificuldades dos comerciantes designadamente da área da restauração com o tal IVA a 23% e todas as situações que viviam alguma atitude mais liberal no que diz respeito à criação das esplanadas. Mas agora tal como em relação ao estacionamento é necessário reconsiderar e voltar a pôr, dar ordem e ordenamento àquilo que é o nosso espaço público. Mas enfim, são as circunstâncias que temos, temos que procurar ultrapassar as dificuldades com os recursos que temos e essa foi uma forma de ajudar os nossos comerciantes dessas áreas.

Amianto na Estação Fluvial de Cacilhas, é lamentável que a Transtejo tenha dificuldades financeiras tão grandes que por vezes como sabe e o Sr. Deputado já tem chamado atenção para isso, os barcos estão parados, mas como sabe também são da responsabilidade do Governo que antecedeu este em relação à descapitalização da Transtejo. Mas de qualquer forma a segurança das pessoas está na primeira linha e esta matéria tem sido objeto nos nossos contatos com a Administração da Transtejo, suscitando a sua intervenção.

Sr.^a Deputada Odete Alexandre, obrigado pelas suas chamadas de atenção, não sublinhou mas referiu “abandonou Cacilhas”, não abandonámos Cacilhas, só a intervenção que vai ser feita no espaço Museológico da Marinha corresponde a um investimento da responsabilidade do Município de oitocentos mil euros. Está em curso e também o resto do processo para o tratamento do espaço envolvente, e há tudo aquilo que é necessário fazer e que para muito bem chamava atenção, mas que é um trabalho de todos os dias e todos os dias temos que melhorar. E já agora dizer que existe aquela famosa aplicação deste “Almada Mais Perto” que temos nos nossos telemóveis e que é muito útil. Eu já tenho usado e pelo menos até agora tem-me dado resposta no dia seguinte. Não tenho razão para me queixar, mas nestas situações pontuais agradecemos que a usem, porque pode melhorar muito o nosso trabalho.



Iluminação do Parque da Paz. Há uma questão de segurança associada ao Parque da Paz, como sabemos, obrigado pela chamada de atenção.

CLASA e diagnóstico social, vamos ver, não, nenhuma razão para lá estar 2002, e obrigado. Isto já sucedeu em relação a outros documentos e portanto também iremos corrigir.

Rua Ramada Curto, já foi referido.

Peço desculpa se alguma coisa passou, mas penso que os Srs. Vereadores em relação ao conjunto das questões foram respondendo.”

7.1.2.18 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, eu estarei com atenção à sua resposta em relação ao Relatório da Comissão de Inquérito e o Bloco tem insistido nas duas Assembleias Municipais que ocorreram de novembro até agora, esta é a terceira, temos insistido pela necessidade de reconhecemos o Relatório, mas face à informação que hoje aqui trazemos a questão que o Bloco coloca é, havendo uma informação oficial, é um ofício da Câmara, do Departamento da Administração Urbanística da Câmara Municipal de Almada, havendo uma informação que face ao risco seria necessário proceder à interdição da via pública na zona envolvente à construção assim como qualquer uso da construção, aquilo que o Bloco pretende saber é se esta informação chegou a quem devia ter chegado na Câmara porque para nós parece-nos que não chegou, porque eu estive presente no local cinco minutos, depois de a derrocada acontecer, quem ali esteve apercebeu-se da tragédia que foi evitada por uma mera casualidade, e aquilo que o Bloco de Esquerda quer saber neste momento é, estarão os almadenses e as almadenses descansados face a qualquer outra situação semelhante a acontecer no Concelho? Face a toda a situação que aconteceu, e foram os Srs., foi este Executivo que anunciou a saída do Relatório para 14 de novembro, não foi o Bloco de Esquerda, e estamos a 11 de abril e a casa continua no mesmo sítio, agora está vedada, obriga as pessoas a deslocarem-se do passeio por onde vão a circular, atravessar a estrada e prosseguir o seu caminho por outro lado e a casa não está segura e não é a vedação que lá está posta que impede no caso de haver nova derrocada que possam haver vítimas, porque aquela é uma zona de passagem muito frequente de carros e de crianças, porque tem uma escola a cinquenta metros. Nós queremos de facto conhecer o Relatório da Comissão de Inquérito, mas queremos ficar descansados em relação a quem vive em Almada e quem visita Almada, se uma situação destas não se vai repetir e se estão todas as situações acauteladas em relação a uma eminente derrocada porque nós conhecemos bem o edificado do Município, o edificado que está presente nas Freguesias do nosso Concelho.”

7.1.2.19 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só queria fazer mais uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara. Percebi a sua resposta, normalmente a realidade é muito mais forte do que aquilo que são as nossas opiniões, do que aquilo que são os nossos desejos, a realidade é aquilo que é, é a realidade.



Só fazer mais uma pergunta Sr. Presidente. Existe na Câmara Municipal mais algum pedido de licenciamento para se instalar alguma grande, média, ou mega superfície na Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreira?”

7.1.2.20 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pedidos e contatos como imagina existem, sabe que existem. A Sr.^a Vereadora sobre as circunstâncias já referiu, dantes existia uma Comissão, quando eu ainda estava no Seixal, onde estava a Autarquia, estava o Ministério da Economia, estavam os Comerciantes, se não estou em erro, que decidia acerca dessa matéria. Essas Comissões acabaram, no quadro das políticas neoliberais e neste momento é o que temos. É preciso ver quem é que esteve no governo e quem é que alterou as regras em relação à criação das novas superfícies e da competitividade entre as empresas. Em relação a isso nós somos um Concelho atrativo, os indicadores que existem é de que as pessoas gostam de cá viver, apesar das desigualdades profundas que temos também, e que sabemos que existem e que combatemos, mas existe algum poder de compra e as grandes superfícies devem fazer ou os promotores devem fazer os estudos de mercado e querem-se instalar em Almada. É o que temos e não vale a pena andar a esconder o Sol com a peneira, aliás não sabemos como é em relação a outros Concelhos, mas em relação ao nosso é assim.

Em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Guedes, de preocupação, também é nossa, chegar ao fim dos trabalhos da Comissão de Inquérito e dar a conhecer o seu trabalho. A primeira preocupação é garantir a segurança das pessoas e bens. E desde já isso foi o que foi colocado a todos os serviços da Câmara, é que deviam tomar todas as medidas para que não se repetissem situações como aquela. Sempre que exista uma situação identificada e que existam pessoas que possam ser colocadas em risco ou por lá viverem ou poderem passar perto da derrocada, devem ser tomadas as medidas. Isso é acompanhado pelos nossos peritos que nos informam acerca dessas situações. A razão porque aconteceu o que aconteceu, terá que ser apurada, mas como o Sr. Deputado disse, há aqui um outro valor que de imediato tem que prevalecer, que é a segurança das pessoas em todos os casos e para que não se repitam situações como aquela.”

7.1.2.21 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente duas ou três questões muito telegráficas. Em primeiro lugar eu ouvi com atenção a Vereadora Amélia Pardal e a questão das AUGI. Eu confesso que não ouvi toda a intervenção e portanto posso não ter acompanhado tudo aquilo que foi a informação dada, eu não percebi qual foi o universo de AUGI no início do Mandato, percebi que foram vinte e cinco processos resolvidos, se percebi bem. Mas queria só ficar com a informação completa para tentar perceber.

Deixava só essa questão porque fiquei com dúvidas, mas como não ouvi tudo, também já agora era importante esse esclarecimento.



Outra questão já agora, irei falar um pouco mais à frente no Relatório de Conta de Gerência, mas já agora Sr. Presidente, o PSD entregou no dia 14 de fevereiro dois Requerimentos que entendemos nós não muito relevantes do ponto de vista da informação de um conjunto de opções que a autarquia de forma legítima desenvolveu ao longo do Mandato, nomeadamente a questão da aquisição de imóveis e de terrenos no Concelho, bem como a questão das opções de gestão e os Relatórios de Contas dos Festivais, nomeadamente o Sol da Caparica. Vai terminar o prazo de resposta dentro de dois dias, nós aguardamos serenamente a resposta, não é isso que está aqui em questão, nem estamos a falar de qualquer tipo de incumprimento ou desrespeito, mas gostávamos só se tiver ocasião de nos dar alguma informação, até porque no que diz respeito à questão dos terrenos há aqui um conjunto de informações que vão ser dirimidos também ao logo desta ordem de trabalhos, se nos puder elucidar ou iluminar em relação a algumas matérias poderia ser útil.

Uma última questão em jeito de proposta. O Sr. Presidente falou aqui da celebre aplicação “Almada Mais Perto”, eu sugeria-lhe a si, à sua equipa que pudesse testemunhar e ver o funcionamento de uma aplicação de uma Junta de Freguesia de Lisboa, no caso a Junta de Freguesia da Estrela, fez e que penso eu tem aqui uma diferença substantiva em relação àquilo que a aplicação de Almada oferece e eu tive ocasião enquanto o Sr. Presidente da Câmara estava a falar de ir entrar na aplicação, já tinha entrado, mas fui ver se tinha uma versão mais recente e é algo que eu acho que do ponto de vista da transparência Almada tem a ganhar. Enquanto a aplicação da Junta de Freguesia da Estrela, e é uma Junta de Freguesia, nós conseguimos entrar no mapa e vemos as ocorrências que os cidadãos vão colocando e fica à disposição aquilo que são as diligências que são desenvolvidas para a sua resolução, na aplicação de Almada, eu quando entro tenho a opção da nova ocorrência, aí eu consigo entrar, mas quando vamos ver as minhas ocorrências como é óbvio eu não tenho, comunico-as aqui, mas também não vejo as ocorrências que o outro cidadão meu vizinho poderá ter por ventura introduzido, e pensamos nós que é relevante do ponto de vista da cidadania e da ação cívica, ajuda a motivar que haja mais participação, isto não é uma questão de crítica, é uma questão de proposta construtiva para tentarmos melhorar um instrumento que pensamos nós é útil para os cidadãos poderem participar mais e ajudar na resolução dos problemas. E o exemplo de uma Junta de Freguesia, e estamos a falar de uma Junta de Freguesia que de forma transparente tipifica aquilo que foi a ocorrência, tipifica aquilo que foi a intervenção, se está ou não está resolvido, ajuda o cidadão a sentir-se motivado para perceber que a sua participação conta. E esse é um objetivo pensamos nós, que nos une a todos. Nós queremos que o cidadão perceba que quando vem a uma Assembleia Municipal é ouvido, é respeitado, quando vai a uma aplicação tem consequência a sua intervenção ou a sua ocorrência e aquilo que nós vemos nesta aplicação que é um esforço meritório para ser melhorado e pode ajudar a que a motivação para participar seja acrescida por parte do cidadão. Deixava só essa recomendação e sugestão se assim o entender.”

7.1.2.22 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Eu fiz uma comunicação no dia 9 de abril, à 01H25 da manhã, sobre um problema relacionado com uma montureira e recebi a mensagem, porque quando mando a mensagem ficam identificadas as coordenadas latitude 38, longitude tal, o sítio onde fiz a coisa. E depois comunicam-me aqui, “no seguimento do seu e-mail datado de 9.4.2017 sobre o assunto em epigrafe que mereceu a melhor atenção, encarrega o Chefe de Divisão de Salubridade informar que os nossos serviços procederam em conformidade à execução do solicitado”. Naturalmente está aqui o meu número de identificação fiscal, está aqui a morada, o código postal do utilizador, há uma identificação da pessoa. Isto é um projeto em construção, o nosso Vice-Presidente está a acompanhar isto no âmbito da Modernização Administrativa, iremos com certeza melhorar também no sentido de tornar este processo mais transparente, mais eficaz, acelerar sobretudo a capacidade de resposta dos serviços às questões que são colocadas.

Despesas do Sol da Caparica, não foi entregue hoje porque não houve a perceção e pedimos desculpa por isso, de que o Sr. Deputado pedia uma informação detalhada sobre as entidades com quem tinha sido contratualizada. No âmbito de um procedimento que temos com as Finanças esse mapa existe e vai ser transposto e penso que amanhã poderá em princípio ser entregue. É o que posso dizer sobre isso. Os valores globais estão lá, mas o detalhe temos que fazer.”

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a apreciação dos Documentos de Prestação de Contas, Propostas N^{os} 223/XI-4^o e 224/XI-4^o, de iniciativa da Câmara Municipal, aprovadas em reunião camarária de 05/04/2017, sobre “Relatório e Conta de Gerência do Município, referente ao exercício de 2016” a respetiva “Certificação Legal das Contas, Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas” e “Relatório e Conta de Gerência dos SMAS, referente ao exercício de 2016” a respetiva “Certificação Legal das Contas, Relato sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras e Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas”, respetivamente, **(Conforme Anexos XVIII, XXIX, XX e XXI)**.

7.2.1 – Para apresentação das referidas Propostas usaram da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, José Gonçalves, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

7.2.1.1 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu ia começar por fazer uma breve apresentação só para sublinhar alguns aspetos em relação à execução de 2016, uns aspetos mais salientes, sucessos operacionais em várias áreas, depois o Sr. Presidente irá de uma forma mais detalhada referir-se às questões relacionadas com o sector dos SMAS. Mas de qualquer maneira reconhecimento da qualidade da gestão pública da água pelos SMAS, é um dado importante e que queríamos sublinhar no quadro do nosso Município em 2016, o Sr. Vice-Presidente irá referir-se com mais detalhe a essa matéria. Fizemos um reforço significativo da nossa intervenção no espaço público, uma intervenção que se prolongou para este ano mas que se iniciou no ano passado com a aquisição de uma maior capacidade para intervir no terreno,



designadamente em relação às vias e em relação às questões da limpeza, também seguindo-se ao reforço das nossas equipas operacionais.

Queria sublinhar também a elevada qualidade da nossa intervenção social nas várias áreas do domínio social seja na ação social propriamente dita, como nas áreas do desporto pelas razões que conhecem, associadas ao processo de candidatura à Cidade Europeia do Desporto. Nas áreas culturais que há um reconhecimento geral ao nível do País e na área da educação com o trabalho que foi feito em relação às Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e também em relação à ação social junto das crianças destas escolas, quer com o prolongamento do acompanhamento do período de interrupção escolar e com as férias jovens, é de salientar muito este aspeto.

Também no que diz respeito à proteção do ambiente, queria sublinhar aquilo que foi a criação da plataforma para as alterações climáticas, uma plataforma que junta quase oitenta instituições de várias naturezas, a maior parte das quais com sede no nosso Município, mas que agrega os principais emissores de gases com efeito de estufa o que nos encoraja e dá confiança de que poderemos ir mais longe e atingirmos aqui em Almada aquilo que são os propósitos que estão estabelecidos em relação a estas matérias no plano nacional e no plano da Europa e no plano mundial.

Apesar das dificuldades que têm sido colocadas ao desenvolvimento económico e cujas razões são conhecidas, gostávamos de sublinhar que se avançou em matéria de ordenamento do território na oferta de oportunidades de investimento em vastas áreas do nosso território, sublinhando designadamente os processos relacionados com a Margueira. Apesar de continuarem por definir matérias da maior importância para que aquele processo urbanístico se concretize, com as vantagens que todos conhecem, mas o certo é que mantivemos um elevado nível de promoção do território e portanto uma enorme capacidade de atração e que se traduziu já este ano em cerca de quase trinta contratos de promotores investidores durante a nossa presença na Feira do Imobiliário, no Sul de França. Isto é feito naturalmente num quadro de uma parceria que envolve a Baía do Tejo, envolve os Municípios e envolve também a capacidade de diálogo com outras entidades no sentido de credibilizar todo este projeto.

Promoção de uma política de proximidade e participação com as populações sobre esta matéria já nos referimos ontem, num quadro em que a nossa aposta durante o ano foi muito marcada pela confiança de que haveria sensibilidade da parte do Governo em relação à reconstituição das Freguesias, aspeto que não se veio a concretizar, mas essa matéria continua a estar nas nossas mãos, vamos com certeza continuar a intervir nesse sentido e em todas as dimensões daquilo que é uma imensa participação das nossas instituições na vida do Município e de que foi testemunho o 2º Congresso Almada.

A melhoria dos Serviços Públicos e da capacidade de resposta dos serviços públicos nas suas várias dimensões, a criação de uma Unidade de Missão para a Modernização Administrativa e a preparação de transferências de competências com uma Equipa a acompanhar junto das nossas áreas e



procurando recolher informação junto de outras entidades para que possamos estar preparados para todas as circunstâncias e todos os desafios que se nos coloquem nessa matéria.

Nós terminámos o ano 2016 com uma elevada execução financeira no conjunto do Município, com um valor que na Câmara atingiu uma execução superior a 86%, sem dívidas vencidas a fornecedores, com saldo positivo superior a 27 milhões de euros que transitaram para o ano corrente. A execução de 2016 refletiu a opção tomada de darmos prioridade às intervenções orientadas para o desenvolvimento económico, criação de emprego, apoio social em particular aos mais carenciados e qualificação do espaço público, como já referi atrás.

Das 1372 ações previstas no Plano de Atividades para 2016 estão em execução ou estão em curso, ou já executadas 93% dessas 1372 ações.

Em relação ainda a 2016, referir que a nossa capacidade de endividamento aumentou, temos uma capacidade de endividamento de 23 milhões de euros e pagámos mais quase 4 milhões de dívida que tínhamos, que passou de 33 milhões para 29 milhões, sendo dívida de médio a longo prazo e perfeitamente regível no nosso quadro. O grau de solvabilidade do Município atingiu os 460%, estamos muito bem e os nossos ativos cobrem mais de 80% da nossa despesa. Temos uma situação financeira sólida e estamos em condições, naturalmente mantendo critérios de rigor e de boa governação, estamos em condições de assegurar aos nossos munícipes aquilo que venha a ser a expressão da sua vontade.

Muito sumariamente eram estes os aspetos que gostava de salientar. Depois no debate poderemos abordar outras questões.”

7.2.1.1.1 – Refere a introdução dos documentos:

“O presente Relatório e Coma de Gerência revela a grande dimensão da atividade desenvolvida pelo Município ao longo do exercício de 2016.

Atividade concretizada num quadro caracterizado já por alguns indicadores de melhoria económica e social em termos nacionais, mas que não deixou de traduzir ainda grandes dificuldades na vida quotidiana das populações e dos municípios, dado o limitado alcance das medidas adotadas em alternativa às políticas de degradação e ataque à qualidade de vida dos cidadãos que caracterizaram os quatro anos anteriores.

De novo, sem qualquer alheamento relativamente ao ambiente geral que o País vive, Almada contribuiu para responder aos maiores impactos das dificuldades colocadas pela crise, sendo dessa realidade eloquente testemunho os resultados que o presente Relatório traduz.

Submetemos à apreciação dos órgãos do Município um quadro de avaliação que, no essencial, confirma a possibilidade de colocar ao serviço da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Almadenses as oportunidades que se nos deparam para consolidar o caminho que permite desbravar um futuro melhor para todos.

A atividade desenvolvida ao longo do ano de 2016, e os resultados alcançados no quadro da intervenção municipal, permitem-nos concluir que, colocando as capacidades disponíveis no Município



ao serviço de todos, fomos capazes de contribuir num sentido positivo na luta pela melhoria de uma realidade social e económica que se impõe extremamente negativa a muitos e muitos milhares de famílias.

Este facto fica hem expresso na integral manutenção dos compromissos assumidos com os Almadenses no quadro das prioridades de desenvolvimento que correspondem a responsabilidades e atribuições próprias das autarquias locais, na promoção e usufruto dos bens culturais, do desporto, do apoio ao movimento associativo e da criatividade e capacidade de intervenção dos jovens e dos menos jovens.

Mas fomos além dessas responsabilidades próprias. Interviemos diretamente e apoiamos iniciativas em articulação com outras entidades e instituições, em domínios tão importantes da vida social e coletiva como a habitação ou o apoio social e económico de emergência, permitindo enfrentar no imediato situações gravosas e desumanas com que infelizmente vários milhares de Almadenses ainda se confrontam.

Fomos, no essencial, capazes de aproveitar as oportunidades abertas ao longo do exercício, e criamos nós próprios outras oportunidades. Os recursos, os esforços e os equipamentos de que o Município dispõe foram, ao longo de todo o exercício de 2016, prioritariamente colocados ao serviço da criação das necessárias condições para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar dos Almadenses,

Reforçando a nossa determinação em contribuir ativamente para a construção de um Concelho cada vez mais humanizado.

Perante as inegáveis dificuldades que afetaram ainda o nosso quotidiano coletivo em 2016, recusámos novamente o conformismo e a resignação.

Procurámos colocar-nos sempre na primeira linha da luta pelo reforço dos mecanismos de solidariedade e de apoio social, municipais e outros.

Dirigimos o investimento municipal prioritariamente para a satisfação de necessidades ao nível da educação e do ensino dos nossos jovens estudantes.

Destacamos, entre outras ações e medidas, o alargamento do Programa Pasta Escolar no âmbito do Programa de Ação Social Escolar de apoio às famílias e crianças matriculadas no primeiro ciclo do ensino básico público.

Asseguramos, neste quadro, a atribuição dos manuais escolares a todos os alunos matriculados no 2º ano daquele grau de ensino, e de uma mochila e materiais didáticos diversos aos alunos do 1º ano, complementando a oferta dos manuais escolares a estes alunos decidida pela Assembleia da Republica.

Prosseguimos igualmente o programa municipal dirigido a ocupação de tempos livres de jovens estudantes do Concelho entre os 6 e os 12 anos, destinado a todos mas privilegiando o acesso a jovens oriundos de famílias economicamente mais desfavorecidas, envolvendo 900 jovens almadenses.



Proseguimos todos os programas municipais de promoção da cultura, do conhecimento e do saber, que dão corpo a uma programação cultural de enorme dimensão e qualidade, mantendo todos os equipamentos municipais em atividade permanente ao longo do ano, com uma oferta muito diversificada e rica nas diferentes formas de expressão artística e cultural que conhecemos.

Ao investimento na promoção de atividades, programas e ações no domínio da promoção cultural, correspondeu um não menos significativo investimento na promoção do desporto para todos, numa perspetiva de promoção da saúde e bem-estar físico de um número sempre crescente de Almadenses. No domínio da atividade cultural destaque para o pleno funcionamento do Teatro Estúdio António Assunção bem no corarão de Almada Velha, e no plano desportivo destaque para a elaboração e apresentação da Candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018, e para o investimento municipal na introdução de significativas melhorias da condição da pratica desportiva no Estádio Municipal José Martins Vieira, na Cova da Piedade.

À intensa atividade cultural associámos intimamente a promoção turística e económica do Concelho, promovendo Almada enquanto destino turístico de excelência e de todo o ano. Centrado em particular na área natural e ambiental privilegiada que é a Costa da Caparica, 2016 marcou a realização de dois novos e intensos momentos de grande importância e significado, com a realização da segunda edição do Caparica Surf Fest, em março na praia do Paraíso, e da terceira edição do Festival “O Sol da Caparica”, em Agosto no Parque Urbano da Costa da Caparica.

Estes dois acontecimentos reuniram varias dezenas de milhares de participantes e espetadores, e constituíram importante contributo e estímulo a atividade turística, a dinamização económica e a criação de emprego em todo o Concelho.

Decidimos e concretizámos uma diminuição significativa do esforço financeiro das famílias relativamente a bens e serviços prestados pelo Município, reduzindo em geral todos os valores pagos por esses bens e serviços por revisão das taxas e dos preços praticados.

Esta realidade foi particularmente sensível, e sentida, junto dos muitos milhares de utentes dos equipamentos culturais e particularmente dos equipamentos desportivos municipais, que viram os valores cobrados reduzidos em cerca de 30%. Mas também a atividade urbanística, numa postura de apoio à retoma desta atividade económica no Concelho, beneficiou largamente da redução do valor das taxas decididas pelos órgãos municipais.

Intervimos ativamente na melhoria do parque habitacional municipal, no realojamento de famílias em situação precária e desumana, no ordenamento de vastas áreas de génese e construção ilegal, na recuperação da qualidade das vias de circulação em todo o concelho, entre muitas outras áreas de igual importância e significado para a vida dos Almadenses, na melhoria do sistema de remoção de resíduos sólidos, e mantivemos inalterada a politica de qualidade máxima relativamente ao abastecimento de água para consumo e ao tratamento das águas residuais.

Ao nível da manutenção, conservação e reabilitação de vias de circulação no Concelho, o exercício de 2016 traduziu um significativo investimento municipal. Neste quadro, destaque para o lançamento de



um amplo programa de intervenções previsto para os próximos dois anos, abrangendo mais de 51 km de vias de circulação e um investimento municipal previsto de cerca de quatro milhões de euros.

A circulação e estacionamento, em particular no centro da Cidade de Almada, registou em 2016 um significativo aumento de intensidade, em função das alterações de circulação introduzidas naquela área do concelho traduzido em aumento de circulação automóvel para o dobro e mesmo o triplo em algumas zonas.

Neste quadro, foram desenvolvidos estudos, concebidas e elaboradas medidas que visam a requalificação daquela área urbana, incluindo a circulação e estacionamento, no âmbito das quais a aquisição de dois espaços construídos naquela área pela Câmara Municipal - a antiga garagem da Empresa de Camionetas Piedense na Av. Afonso Henriques, e as antigas instalações da EDP na Rua Bernardo Francisco da Costa - representará importante contributo ao nível da construção das soluções mais adequadas.

Foram registados importantes e significativos avanços em muitos dos loteamentos em fase de recuperação e localização no Concelho de Almada, incluindo a emissão dos instrumentos de legalização em diversas situações, consequência do reforço da intervenção e investimento municipal no desenvolvimento de processos urbanísticos relacionados com as áreas urbanas de génese ilegal (AUGI).

Prosseguimos o programa de realojamento que definimos para enfrentar situações emergentes de precariedade e carência habitacional. Em 2016, como bandeiras mais expressivas deste importante esforço municipal na melhoria gradual das condições de habitação em todo o Concelho, procedemos ao realojamento das famílias residentes em condições muito precárias na Rua do Juncal (Costa da Caparica), desenvolvemos dois programas do apoio e beneficiação das condições de vida das populações das Terras da Costa (Costa da Caparica) e do 2º Torrão (Trafaria), e realojamos ainda mais de uma centena de outros agregados familiares.

Ainda em matéria de habitação, em 2016 reforçámos e ampliámos significativamente as áreas de reabilitação urbana delimitadas, constituindo novas operações de reabilitação e alargando os perímetros de outras já existentes, aprofundamos as intervenções de manutenção e conservação do parque habitacional do Município, e ao nível do Plano Municipal de Emergência Social, criado pelo Município em 2015, apoiamos mais de um milhar de famílias, ocorrendo particularmente a carências emergentes relacionadas com questões de habitação.

Prosseguindo uma política e uma prática concreta de investimento na salvaguarda do património construído no nosso Concelho, tendo como objetivo impedir a sua degradação e eventual desaparecimento e colocar elementos significativos do património ao serviço do desenvolvimento social, cultural e económico dos Almadenses, adquirimos em 2016 quatro importantes equipamentos que irão, num futuro próximo, responder a necessidades reais dos cidadãos - as antigas instalações da garagem da Empresa de Camionetas Piedense em Almada e na Trafaria, a antiga sede da



Cooperativa Piedense, na Cova da Piedade, e as antigas instalações da EDP, bem no centro da Cidade de Almada como atrás referido.

Prosseguimos a política de parcerias transparentes frontais e francas com todas as instituições parceiras do Município no trabalho e no esforço de construção de um Concelho mais desenvolvido e mais solidário.

Aprofundamos, neste âmbito, um quadro de corresponsabilização entre o Município e as entidades de toda a natureza e tipo que intervém ativamente no Movimento Associativo Popular, não esquecendo nem preterindo ninguém, e optando pela concretização de um processo de investimento responsável e coerente em atividades e infraestruturas, capazes de suportar e dar vida de forma solda e perene a esta gigantesca tarefa de transformação do Concelho e da sua vida num espaço mais humano e mais desenvolvido.

No domínio da proteção do ambiente, prosseguimos intensa intervenção municipal na conservação, promoção e proteção dos recursos ambientais e da biodiversidade.

Entre os múltiplos processos em que o Município permanece envolvido a nível nacional e internacional, destacamos necessariamente a constituição da Plataforma Local para as Alterações Climáticas (PLAC), fórum de participação, reflexão e proposta de medidas e soluções no domínio do ambiente, agregando mais de 70 instituições, entidades públicas e privadas e outras organizações, apostados em contribuir no nível local para o combate às diferentes formas de agressão ao ambiente. A conclusão do Plano de Emergência de Proteção Civil, também ele integrando uma importante componente de resposta a eventuais catástrofes ambientais ou naturais, paralelamente à consideração de planos de contingência relativos a potenciais acidentes provocados pela ação humana, foi uma realidade alcançada em 2016.

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada (SMAS) realizaram em 2016 um significativo esforço investimento com forte impacto ambiental e na qualidade de vida das populações, concretizando a introdução de importantes melhorias nos equipamentos e redes de abastecimento de água para consumo humano e nas infraestruturas de tratamento de águas residuais. A água consumida em Almada continuou a ser de grande qualidade.

Novas infraestruturas de águas residuais como a estação elevatória de águas residuais do Raposo (Caparica), a estação elevatória de águas residuais e emissário do Torrão (Trafaria), e as estações elevatórias de águas residuais e emissário da Foz do Rego (Charneca de Caparica), entraram em funcionamento, e outras infraestruturas como a estação de tratamento de águas residuais de Valdeão (Pragal), a estação elevatória de água de Vale de Milhaços (Corroios) e a estação de tratamento de águas residuais da Quinta da Bomba (Miratejo) foram reabilitadas tendo igualmente entrado em laboração em 2016.

Alinda em 2016, teve início o processo de renovação total da rede de abastecimento de água à área de Almada Velha que permitirá substituir infraestruturas com mais de quatro décadas de intensa



utilização, modernizando e qualificando o serviço prestado às populações, numa intervenção igualmente de grande significado e importância.

O investimento global realizado em infraestruturas dos Serviços Municipalizados em 2016 ultrapassou os 16 milhões de euros.

As alterações políticas resultantes da eleição dos Deputados para a Assembleia da República realizada em outubro de 2015, e a nova correlação de forças presentes no parlamento, permitiram que fossem dados alguns passos em 2016 no sentido da reposição da autonomia administrativa e financeira das autarquias locais, no respeito pela Lei e a Constituição da República.

Foi reposta, designadamente, a capacidade das autarquias locais contratarem recursos humanos coincidentes com as suas reais necessidades, associada à eliminação das imposições arbitrárias anteriormente determinadas relativamente à configuração e dimensão da estrutura de serviços das autarquias locais, entre outros aspetos que se prendem com a vida quotidiana dos municípios e das populações.

Para inverter o percurso de declínio continuado imposto pelas políticas nacionais à ação e intervenção do Poder Local nos últimos anos, outros passos igualmente significativos e importantes no sentido do reforço da capacidade efetiva de intervenção dos órgãos do Poder Local Democrático na solução dos problemas concretos das populações são urgentes e necessários.

A participação ativa das autarquias locais, das suas associações representativas e das populações que representam no processo de consolidação do quadro de autonomia que deve ser assegurada ao exercício das funções e responsabilidades autárquicas, assume uma dimensão de extraordinária importância e significado para a qualidade e êxito das soluções a adotar, e não se compadecem, como sucedeu infelizmente no passado, com decisões impostas por outras esferas e instâncias do poder político em Portugal.

Em termos orçamentais, o exercício de 2016 fica marcado pela ausência de quaisquer dívidas a fornecedores, tendo o Município encerrado as Contas do Exercício com uma elevada taxa de execução orçamental e saldo positivo, não obstante o registo de um aumento da despesa superior a 4% relativamente ao ano anterior, justificado em larga medida pelo reforço do investimento em fins de caráter social.

Ultrapassando os 15 milhões de euros libertados para investimento, o saldo das receitas correntes confirma a sustentabilidade do Município. Sem dívidas a curto prazo, Almada reduziu ainda em cerca de 3,7 milhões de euros o seu endividamento de médio e longo prazo, passando dos 33 milhões de euros para os 29,3 milhões de euros.

A taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar sobre o património habitacional próprio e permanente das famílias foi reduzida pelo terceiro ano consecutivo, cumprindo o compromisso assumido com os Almadenses. Mais um passo e um novo contributo para a melhoria das condições e qualidade de vida de milhares de Almadenses.



Estes números traduzem o êxito uma vez mais alcançado pelas políticas municipais de desenvolvimento e por uma gestão responsável empenhada na defesa do interesse público e no apoio social às populações, e espelham de forma fiel o empenho dos trabalhadores da Administração Pública Local em contrariar os efeitos ainda muito desfavoráveis do contexto de crise económica e das políticas governamentais impostas às autarquias locais, que fizeram ainda sentir os seus efeitos durante o ano de 2016.

Mantendo uma elevada capacidade e operacionalidade dos serviços municipais, assente numa gestão de grande rigor e exigência, amplamente participada e transparente, fomos capazes de responder de forma positiva às exigências da missão de serviço público a que o Município se encontra vinculado.

A Câmara Municipal de Almada apostou decididamente, neste quadro de missão de serviço público que lhe compete, no reforço da participação dos cidadãos no quotidiano da vida do Município. A realização do 2º Congresso Almada e a mobilização que promoveu junto de muitos milhares de cidadãos almadenses constituiu, nesta matéria, momento de grande significado e importância.

Em termos internos, a atividade municipal em 2016 conheceu também grande intensidade. A criação e funcionamento da Equipa de Missão para a Modernização Administrativa, com a atribuição de conceber, definir e implementar um conjunto de medidas e procedimentos no âmbito da modernização dos serviços municipais, visando uma significativa melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos e às populações pelo Município, foi um dos aspetos que justifica maior destaque neste domínio.

Acresce a este esforço de modernização administrativa, a promoção da melhoria da capacidade e da qualidade de resposta dos serviços municipais às necessidades objetivas do Concelho e das populações, através do desenvolvimento de um amplo conjunto de intervenções de requalificação de instalações e a criação de melhores condições de trabalho, em particular junto dos trabalhadores que exercem funções operacionais, designadamente na área da higiene e limpeza urbanas, introduzindo novos fatores de motivação para aqueles trabalhadores.

A par da intervenção e investimento municipal no domínio da dinamização económica e melhoria da qualidade de vida dos almadenses, registaram-se no Concelho de Almada em 2016 outros contributos oriundos de importantes projetos da responsabilidade do setor empresarial privado, alguns deles já em funcionamento, e que indiciam alguma retoma da atividade económica e confirmam Almada como um concelho atrativo para o investimento.

Esta realidade permite que continuemos, em Almada, a encarar o futuro com a necessária consciência das dificuldades que ainda permanecem, mas também com a capacidade para afirmar Almada, cada vez mais, como um Concelho amplamente solidário, ecologicamente sustentável, espaço de cultura, de desporto e de conhecimento, capaz de proporcionar condições e qualidade de vida sempre crescentes aos seus cidadãos, trabalhadores e residentes.

Uma palavra final para os trabalhadores da Câmara Municipal. Desde sempre, aqui temos reconhecido e sublinhado que os grandes obreiros dos resultados de excelência que a Câmara Municipal de



Almada vem alcançando ao longo destas quatro décadas de Poder Local Democrático, são naturalmente os seus trabalhadores, e uma vez mais se nos impõe o estrito dever de registar e reafirmar essa realidade.

Os trabalhadores do Município de Almada - da Camara Municipal, dos Serviços Municipalizados, e da ECALMA - foram, uma vez mais em 2016, capazes de assumir a defesa intransigente do serviço público, emprestando o melhor que têm na sua capacidade de trabalho, e cumprindo com elevado sentido de missão e responsabilidade, colocando o máximo empenho e dedicação no desempenho das tarefas e Funções que lhes são confiadas, zelarem e zelam em permanência e ativamente pela continua melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos seus concidadãos.

Pelo seu empenho e pelo seu desempenho de elevada qualidade, aqui registamos de novo a homenagem através destas palavras de grande apreço e de grande amizade que os Almadenses na sua esmagadora maioria nutrem pelos Trabalhadores Municipais, reafirmando que é nossa plena consciência que sem a sua dedicação e sem o seu empenho, a execução do projeto autárquico em que nos empenhamos, as propostas de progresso, desenvolvimento e bem-estar que esse projeto comporta e traduz no quotidiano dos Almadenses, não poderiam nunca obter o êxito que todos nós reconhecemos.”

7.2.1.2 – O Sr. Vereador José Gonçalves – Presidente do C.A dos SMAS, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Também breves palavras para desse logo identificar que o ano de 2016 para os serviços municipalizados foi como no Município um ano de grande execução das nossas atividades e da nossa componente financeira. Foi um ano de desenvolvimento o que no quadro geral é relevante, dado que o sector da água e do saneamento em 2016 em geral não teve essa condição.

Não estamos ainda numa fase de instabilidade do sector, ainda como temos caracterizado uma instabilidade positiva que é o retorno à dimensão municipal de gestão da água e do saneamento, depois de uma aventura feita nos últimos anos por parte do último Governo que retirou, ao arrepio da opinião e do pensar das populações e do Poder Local, retirou intervenção municipal concentrando como sabemos todos em quatro grandes empresas o sector das águas e do saneamento e até no caso dos resíduos como sabeis, está também muito associado a esta área a privatização desse sector.

Em Almada mantivemos a estabilidade na organização no financiamento concentrados no desenvolvimento do nosso trabalho e foi um ano relevante de execução. Foi o ano em que comemoramos os 65 anos de gestão municipal dos Serviços de Água com um forte envolvimento da nossa população, dos trabalhadores dos SMAS, em momentos muito importantes dessas comemorações que decorreram em todo o ano e que se destacava o lançamento do livro “A Água e o Saneamento em Almada”, um trabalho de muitos anos de pesquisa histórica, a exposição “A Água e o Saneamento em Almada” que foi um ponto de encontro para os alunos das escolas, para a nossa



população e que de tal forma que o êxito de exposição foi grande que decidimos mante-la, adaptando-a, mas mante-la em funcionamento permanente enquanto espaço de informação sobre a atividade dos Serviços Municipalizados e as questões ambientais relativas à água e ao saneamento.

Foi também o ano que concluímos um trabalho de vários anos relativamente à gestão do nosso sistema de gestão integrado, um trabalho feito essencialmente pelos nossos técnicos e trabalhadores dos serviços e que culminou como é conhecido com a certificação de toda a estrutura municipal. Não estamos a falar daquilo que às vezes se faz, que é pegar no que temos de melhor em cada uma das nossas instituições e certifica-la para podermos dizer que somos certificados, não. As cinco certificações que atingimos com o sistema de gestão integrado são para todo o âmbito dos serviços municipais, no nosso caso para todo o ciclo urbano da água que é caso único no nosso País. Como sabemos poucas entidades gerem o ciclo urbano da água e que se saiba nenhuma delas conseguiu ou teve a condição de certificar em áreas como o ambiente, a qualidade de gestão de ativos, a saúde e segurança e bem-estar no trabalho, um compromisso social, toda a sua organização e todo o seu âmbito. Um trabalho que naturalmente permanece, vai continuar a ser exigente e que foi fruto de anos de muito trabalho. Também o nosso Plano de Segurança da Água foi auditado e seria certificado se tivéssemos no País normas de certificação. Não existem, mas ainda assim os auditores externos reconheceram como nas outras áreas que caso existisse a norma o Plano de Segurança da Água seria naturalmente auditado. Fomos também uma vez mais, já há muitos anos que é assim, qualificados como reparadores, instaladores de contadores também por entidade externa e essa é uma competência que não muitas entidades gestoras da água têm, e nós temo-la há muitos anos, e todos os anos é auditada e todos os anos temos conseguido a qualificação.

Registámos, como o Sr. Presidente da Câmara Municipal já referenciou, que a nossa água continua a ser uma água de excelência para consumo humano. É assim com todas as análises que são assumidas ao longo de todo o processo de gestão da água, quer com o plano de controlo da qualidade da água, quer com o Plano de Segurança da Água que já referenciei.

Identificámos um retorno ao que era normal há uns anos e que não acontecia nos últimos que é voltarmos a ter um saldo positivo no número de contratos de abastecimento de água e saneamento, mais 810 contratos no final do ano, o que identificámos como o desenvolvimento económico do nosso Concelho e portanto a abertura de novos equipamentos, novas empresas e mais consumo e como é conhecido de todos os serviços municipalizados têm condição para fornecer toda a água necessária e tratar toda a água que seja produzida no nosso Município.

Uma vez mais mantivemos o reconhecimento externo, é assim há vários anos. Os SMAS de Almada em 2016 mantiveram a posição de primeiro serviço municipalizado no índice nacional de satisfação do cliente, e pelo segundo ano consecutivo a segunda posição entre todas as entidades do sector das águas no nosso País. Pela primeira vez este indicador nacional avaliou também as questões do saneamento de forma separada e o resultado neste primeiro ano foi de oito pontos em dez possíveis.



Um grande resultado também num indicador que depois se desmultiplica por muitas componentes de avaliação.

Continuamos a levar mais longe a modernização administrativa, chegámos ao final do ano com 10% dos nossos contratos com fatura eletrónica. 13,6% dos nossos clientes são utilizadores online, e um dado de grande relevância 43% dos nossos clientes usam o débito direto como forma de pagamento dos serviços, o que significa uma confiança elevada no sistema municipal.

Levámos mais longe o apoio social, alterámos o conceito de carência económica refazendo a referência ao indicador nacional, colocando mais uns milhares de pessoas a serem utilizadores da isenção das taxas de água, saneamento e resíduos sólidos por carência económica. Continuamos a atribuir a adaptação dos escalões a todas as famílias numerosas e o apoio social manteve-se com a política de acesso de todos à água e saneamento que é característica do nosso trabalho.

Continuamos a desenvolver projetos estruturantes de grande importância, nalguns casos de caráter internacional como o PROTEUS, um projeto internacional com as Universidades de França, Grécia e Itália e Portugal, que está no terceiro ano e que está já com intervenção no terreno, os SMAS de Almada são a entidade que é parceira destas Universidades para a implementação do protótipo, está a ser implementado no nosso Concelho.

Levamos mais longe o iAflui para a identificação de descargas indevidas no nosso sistema de drenagem e estamos numa fase muito avançada na segunda fase, na segunda geração do iPerdas com o LNEC num processo de criação de zonas de medição e controlo por todo o nosso Concelho, sabendo em permanência online, sabendo os consumos e sabendo a água que passa em cada uma das áreas do território.

2016 foi um ano de conclusão de obras de grande importância para a nossa infraestrutura. A Quinta da Bomba essa grande obra de quase onze milhões de euros, com um processo de modernização daquela que é a primeira ETAR da Península de Setúbal com 23 anos de gestão, investimos lá quase esses onze milhões de euros e a obra foi inaugurada em outubro com a presença do Sr. Ministro do Ambiente e do Sr. Secretário de Estado, também do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almada e do Seixal e de outros autarcas e de outras personalidades do País.

A ETAR do Valdeão, a remodelação da ETAR, esta ETAR que serve uma parte do Plano Integrado de Almada e o HGO, sofreu um investimento de 1,1 milhão de euros.

Construímos uma nova estação na Foz do Rego na Charneca de Caparica, alterámos modernizando o Posto de Comando de Vale Milhaços, construímos remodelando toda a Estação do Torrão na Trafaria, também toda a Estação da Tagol, no Raposo e avançámos com obras de renovação de rede de água e saneamento e pluviais em Almada Velha, tendo concluído uma delas a Heliodoro Salgado e Fernão Lopes, obras fundamentais para manutenção do serviço. Do ponto de vista financeiro concluímos o ano com vinte e seis milhões de receita, sendo que nas duas receitas principais a da água e a do saneamento a execução orçamental foi de 100% e 24,8% milhões na despesa com uma execução que alguns casos significa maior eficiência do ponto de vista do funcionamento e portanto menor despesa



e noutros casos significa que as componentes dos Fundos Comunitários naturalmente condicionam também aqui alguns dos resultados.

Do ponto de vista do Saldo de Gerência passámos com 7,6 milhões de euros de Saldo de Gerência e com condições para continuar a investir na modernização do serviço.”

7.2.1.2.1 – Refere a introdução do documento, que:

“Os SMAS de Almada são a entidade gestora municipal do ciclo urbano da água, considerando todo o percurso desde a captação de água no aquífero até ao tratamento das águas residuais, e ainda das infraestruturas de gestão das águas pluviais.

Em 2016 foi o ano das comemorações dos 65 anos de serviço na gestão pública e municipal da água em Almada. Urna ampla comemoração que decorreu ao longo do ano, com a exposição “A Água e o Saneamento em Almada”, sítio de visita e encontros temáticos com a população e as instituições.

Lançámos o livro a “História da Água e do saneamento em Almada”, da autoria dos historiadores António Policarpo e Alexandre Flores.

Editámos o Livro da ETAR da Quinta da Bomba.

O Sistema de Gestão Integrado – SGI deu passos significativos em toda a organização. A realização de auditorias internas e externas permitiu a certificação de todo o sistema e de toda a organização. Facto inédito a um serviço com o ciclo urbano certificado em toda a sua extensão e atividade. A certificação dos serviços, pela APCER – qualidade, ambiental; infraestruturas; segurança, saúde e bem-estar no trabalho; e compromisso social e organizacional é o principal facto de 2016 nos SMAS de Almada, pois culmina anos de trabalho interno e coloca os serviços entre as entidades do sector com maior reconhecimento externo dos seus sistemas de gestão. Os SMAS foram a primeira entidade nacional certificada em ativos.

Os SMAS de Almada mantiveram a qualificação de reparadores e instaladores de contadores de água, após auditoria do IPQ – Instituto Português da Qualidade.

A nossa água manteve o padrão de qualidade de água exemplar para consumo humano, que confirma a excelência, fruto do investimento dos últimos anos e do procedimento de segurança e controlo da qualidade exercitados pelo serviço. Efetivamente, com 4 810 análises efetuadas (SAMS distribuição) e uma conformidade de 99,88% a água de Almada apresenta-se como um produto de excelência. Foi efetuada a gestão do plano de controlo da qualidade, conforme planeamento aprovado pela entidade reguladora, e prosseguidos os trabalhos do Plano de Segurança da Água.

Concluimos 2016 com 105 932 contratos ativos o que significa mais 810 contratos, facto positivo que pode indicar uma retoma, ainda que lenta, da atividade económica e alguma melhoria da situação das famílias.

Os utentes dos serviços voltaram a distinguir os SMAS de Almada, pelo segundo ano consecutivo, no ECSI – Portugal (European Customer Satisfaction Index – Portugal) com o 1º lugar entre os Serviços Municipalizados e o 2º entre as entidades estudadas, neste que é o principal indicador de satisfação do cliente em uso nos serviços de água. Os SMAS voltaram a apresentar resultados médios



superiores aos do conjunto do setor das águas. Pela primeira vez, o ECSI avaliou separadamente o saneamento, tendo os serviços obtido 8 pontos, em 10 possíveis, no item de satisfação global.

Registámos, com agrado, a tomada de posição da Assembleia Municipal de Almada, em 2016, sobre o nosso trabalho e os resultados obtidos, com destaque para as deliberações: “1º Lugar no Concurso Nacional de Montagem de Ramais em Carga – Pipe Context Portugal 2015” e “Tubo de Ouro para melhor Informação ao Cidadão” resultados alcançados pelos SMAS de Almada no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Águas e de saneamento (ENEG), em 2015; “Concretização do conjunto das seis infraestruturas que os SMAS Almada concluíram ou se apresentam para concluir, as quais representam um investimento público de 14,25 milhões de euros, integralmente aplicados na melhoria da qualidade de vida dos Almadenses e da qualidade ambiental de todo o Estuário do rio Tejo”. Em 2017, deliberou também “saudar os SMAS de Almada pela obtenção das 5 certificações nos sistemas de Gestão da Qualidade, Ambiental, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social e gestão de Ativos, atribuídos pela Associação Portuguesa de Certificação, em dezembro de 2016”.

Durante o ano implementámos ações visando a modernização administrativa ampliando os instrumentos informáticos em uso e a redução dos custos e aprofundando a relação online com os cidadãos utentes dos serviços, nomeadamente através do atendimento multicanal.

Foi implementado o portal executivo com a desmaterialização das propostas e deliberações do Conselho de Administração.

Assegurámos e levámos mais longe o princípio de acesso de todos à água e ao saneamento, enquanto direito humano fundamental, que pretendemos assegurar em especial aos que têm mais dificuldades económicas. Alargámos o conceito de carência económica tendo como referência o IAS – Indexante dos Apoios Sociais.

Assim, atribuímos a 1 051 famílias a isenção das tarifas de água e saneamento até aos 5 m³, conforme disposto em regulamento municipal, e a 4 413 utentes foram estabelecidos planos de pagamento de acordo com os seus rendimentos. Mantivemos ainda o acesso à água e à recolha de águas residuais a famílias de áreas não consolidadas, por exemplo nas “Terras da Costa” e no “2º Torrão”.

Assegurámos uma rede de atendimentos com 13 locais de atendimento presencial e registámos 40 177 telefonemas. Gerimos o protocolo com as freguesias garantindo o funcionamento dos onze balcões de atendimento descentralizados a que se junta a Sede e a Loja do Município.

Concluimos o ano com 13,65% dos utentes inscritos nos SMASOnline, 12% aderentes à fatura eletrónica, dos quais 32% dos novos contratos aderiram à fatura eletrónica, e 45 372 com débito direto, corresponde a 43% utilizadores com contrato, um grande contributo para a redução de custos e para a modernização da relação contratual, resultados que são encorajadores para o futuro da desmaterialização dos processos.



Mantivemos a prática de comunicação da interrupção programada do abastecimento, com 48 horas de antecedência, tendo produzido 76 comunicados e assegurado a sua distribuição por 5 711 locais de consumo.

Fizemos uma atenta gestão dos recursos humanos e concluímos o ano com 478 trabalhadores, fruto de anos sucessivos de redução do número de trabalhadores por aposentação e resultante das leis nacionais.

Garantimos o funcionamento regular da subcomissão de segurança, saúde e bem-estar no trabalho, com ampla reflexão sobre medidas e fatores de qualificação das condições laborais.

Assegurámos forte envolvimento da comunidade no projeto ambiental Beba Água da Torneira – BAT, tendo promovido um espetáculo de alunos sobre o tema e uma vasta atividade de sensibilização e divulgação junto das populações. Estivemos presentes no festival “Sol da Caparica”, tendo a água de Alada como tema central.

Promovemos um amplo estudo e caracterização da rede com o desenvolvimento do projeto iPerdas – Iniciativa Nacional para o Controlo Eficiente de Perdas, em parceria com o LEN – Laboratório Nacional de Engenharia Civil – e outras entidades do sector. Ampliámos as intervenções de monitorização na rede com a criação de ZMC – zonas de medição e controlo.

Avançámos com o projeto iAFLUI tendo como objetivo o controlo das afluências indevidas ao sistema de drenagem.

Iniciou-se o “Plano Anual de Eficiência Energética”.

Participámos com entidades universitárias de Portugal, França, Grécia e Itália no projeto europeu Proteus, de incentivo à inovação e ciência, tendo os SMAS de Almada como entidade gestora de referência para conceber e aplicar uma unidade de sensorização, protótipo em estudo, que permita monitorizar algumas características químicas e funcionais consideradas relevantes quer na rede de água potável quer na rede de saneamento.

Mantivemos forte presença nas entidades do sector e nas suas comissões especializadas.

Ainda que o país viva uma conjuntura desfavorável, a situação económica e financeira dos SMAS de Almada apresenta grande estabilidade e bons indicadores de referência: 70,00% de independência financeira, solvabilidade de 5,87 e liquidez de 5,5.

O ano de 2016 apresentou-se assim com normalidade e equilíbrio, o que se demonstra por uma receita global de 26 010 717,75 euros, uma despesa global de 24 821 777,93 euros e uma taxa de execução orçamental de 78,63 nas receitas e de 75,04 na despesa.

Inaugurámos importantes obras de modernização dos sistemas com destaque para a requalificação da ETAR da Quinta da Bomba, a Estação Elevatória do Torrão, a Estação Elevatória da Tagol/Raposo, a ETAR do Valdeão, a Estação e Emissário da Foz do Rego, e o posto de comando da Estação Elevatória de Água de Vale de Milhaços. Destaque ainda, para as obras de requalificação dos reservatórios do Pragal e do Monte de Caparica e a renovação de redes de água e saneamento, usando em diversas obras novos métodos de reabilitação de condutas e coletores com tecnologias



sem recurso a abertura de vala, neste caso, com o avanço de obras em Almada Velha e a conclusão da avenida Heliodoro Salgado e rua Fernão Lopes.

Investimento realizado foi de 4 620 696,79 euros, em obras de beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba e ETAR do Valdeão, renovação do Centro de Comando da Estação Elevatória de Vale de Milhaços, remodelação da rede de abastecimento de água e rede de drenagem em “Almada Velha” e Estação Elevatória e emissário doméstico da Foz do Rego.

O resultado do exercício é de 415 110,16 euros e o saldo de gerência que transita é de 7 666 802,07 euros.”

7.2.2 – No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Maria d’Assis, Ana Salvado, José Joaquim Leitão e Maria Odete Alexandre.

7.2.2.1 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria d’Assis (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente ao Relatório e Contas, queria aqui colocar algumas questões. Não vou dizer, até porque já fiz várias intervenções nesta Assembleia Municipal sobre a importância de facto do Programa Municipal de Emergência Social, na medida em que ele veio colmatar situações de emergência e em situações de crise. De facto foi uma iniciativa louvável, no entanto é mais uma crítica positiva. Queria alertar de que de facto ele é um programa que responde a algumas situações, mas há outras que se calhar se deveria ter em atenção, porque de facto no social as coisas têm que se fazer o diagnóstico, a resposta, mas têm que ser avaliadas. E a avaliação é de facto muitas das situações, é de facto quase metade das verbas, em 2016 eu não tenho dados do quarto trimestre, só tive acesso a dados do primeiro, segundo e terceiro trimestre, foram gastos dos duzentos e tal mil euros, não tenho bem a certeza dos montantes. Noventa e três mil foram para pagamento de rendas de habitação, o que quer dizer que é uma situação que se resolve por três, quatro, cinco meses e depois a situação volta novamente. Eu penso que é uma situação que se deveria equacionar porque quando é para pagamento de medicação, pagamento para apoio a necessidades básicas, agora esta questão de facto do pagamento é um círculo vicioso porque estamos a pagar quase metade da verba, mas depois é uma situação que não fica resolvida. É uma situação que há que se equacionar como é que poderá ser acautelado. Isto penso que há aqui um aspeto, porque até muitas das situações e até pela outra situação, a situação pela qual há bocado fui ali atrás, é de facto o IHRU que faz ordens de despejo nalgumas situações particulares, acho que havia necessidade de se articular isso com o IHRU porque há uns anos atrás no âmbito de um projeto de luta contra a pobreza, em que eu até fui responsável conseguiu-se negociar com eles alguns critérios para se resolver a situação de ocupações, ou de rendas em atraso. Houve ali a definição de alguns critérios, não quer dizer que fossem todos, mas pelo menos algumas situações com algum acompanhamento, porque no fundo isto é um círculo vicioso. Eles despejam, o Plano Municipal de Emergência apoia, as pessoas estão três, quatro meses nas casas, depois voltam novamente. Percebem? Isto é uma situação que urge contrariar e tem que se



encontrar outras soluções que não estas. É só de facto numa perspetiva de crítica construtiva, porque a minha postura sempre foi esta, é essa que eu tenho que dar.

Relativamente às atividades socioeducativa, quero dizer que independentemente de ter havido um momento das respostas por parte da educação, tinha havido um certo compromisso de que as situações de miúdos que não são abrangidos por esta resposta, que seriam organizadas em termos das escolas pelo menos durante o período letivo, que os miúdos pudessem tomar as refeições, aquelas situações de maior carência sem retaguarda familiar, mas penso que esta situação ainda não está implementada em termos das escolas e seria importante que fosse uma situação, o ano passado não o foi, mas penso que é uma situação que se deveria equacionar durante este ano, não sei se é possível nas férias de Verão, mas é algo que já vimos falando há vários anos, tem-se falado que as escolas se iriam organizar no sentido de responder pelo menos às situações sem retaguarda e de maior carência. Se uma Instituição se organiza e pede, tenho que lhe dizer a Câmara tem respondido. Agora eu penso que ou se mobiliza as várias associações e as escolas no sentido de poder fazer iniciativas que os miúdos sejam acolhidos durante esse período, mas de facto é algo que não se tem respondido, tem-se falado, há assim meias promessas, mas é algo que ainda ao longo destes anos ainda não está completamente resolvido.

Relativamente à habitação, não posso deixar de dizer que tem havido um esforço enorme no realojamento, há muito mais realojamento do que se calhar no penúltimo Mandato, mas acho que era importante o tal celebre Regulamento com critérios e com pontuações e com ponderações, porque acho que haveria uma maior transparência. No entanto também queria dizer que relativamente à envolvente dos Bairros quer clandestinos, quer sociais, pese embora, tenho que o dizer que este ano parece que há uma maior pró-atividade, tenho que o reconhecer, mas durante 2016 a envolvente dos Bairros teve uma limpeza muito deficitária, uma recolha de monos muito deficitária, uma recolha de lixo muito deficitária e de facto em termos das Terras da Costa e o 2º Torrão, estou a falar de 2016, não estou a falar de 2017. Mas o 2º Torrão o que eu acho é que é caótico e no período das chuvas o 2º Torrão fica sequiado, os moradores ficam sequiados. Eu já tive que lá ir no âmbito de um projeto em que eu estou, choveu torrencialmente e tivemos que ir buscar quase todos galochas, porque não conseguíamos entrar no Bairro. Isso não ajuda, porque as pessoas estigmatizadas, e é algo que eu penso que a Câmara independentemente de serem Bairros clandestinos têm que criar melhores condições para as pessoas que ali residem.

Ainda queria-vos dizer que relativamente às questões da habitação, pese embora o Relatório, eu penso até que o Relatório já vai apontando alguns números, é importante, é bom que isso aconteça. De facto faz referência a 159 reparações, quando num universo de 1877 fogos, o que quer dizer que isto representa 8%, já é alguma coisa. Mas de facto eu dei-me ao trabalho de fazer esta correlação entre o universo de fogos que a Câmara dispõe e o número de reparações e ainda infelizmente é apenas de 8%.



Já agora aproveito também não por resposta, mas a dizer que relativamente às questões das marchas, não pude responder ao Sr. Vereador, mas tenho que lhe dizer que o que acontece é que eu acho que os comprovativos devem ser solicitados no ano em que há o apoio, não é só no ano seguinte e quando há um novo pedido que se vai regularizar a questão dos comprovativos em atraso. Mas também quero-lhe dizer outra questão, algumas instituições o que acontece, eu acho que isso é urgente que a Câmara se organize porque se tivermos trinta ou quarenta apoios tem que se mandar os mesmos comprovativos, portanto o Estatuto, o Relatório e Contas as trinta vezes. Quer dizer é uma coisa inaudita, muitas vezes se calhar manda-se que é para já não nos chatearem mais, mas é uma situação que, há documentos que estão disponíveis nos sites das instituições, mas se tivermos trinta apoios, trinta vezes temos que mandar os mesmos documentos, ainda por cima vão todos digitalizados. Eu acho que é algo que se deveria ter em atenção, porque isto é massacrante.”

7.2.2.2 – A Sr.^a Deputada Municipal Ana Salvado (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Uma questão também do âmbito social que se prende com apoios às IPSS que prestam respostas sociais para pessoas idosas. O Relatório faz menção a um conjunto de IPSS que são apoiadas no âmbito de protocolos com a Câmara e eu gostaria de conhecer um pouco mais aprofundadamente quais foram os resultados de um apoio substantivo que houve recentemente, precisamente neste âmbito do apoio domiciliário a um conjunto de IPSS, se esse apoio rondou cem mil, terá sido praticado no âmbito destes protocolos, se, se tratou de um apoio eventual, que tipo de resultados e de objetivos por um lado, de objetivos e de resultados se eles terão sido apurados, é que se conseguiu através deste valor que é substancial e que penso eu, só deverá existir quando se tem uma linha mais ou menos estratégica para prosseguir com uma determinada estratégia que visa a qualificação da resposta que visa atender mais utentes, visou o quê, o que é que esteve no âmbito e na motivação de um apoio dessa ordem que não é despiciente?”

7.2.2.3 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Era desejável que as intervenções fossem rodando entre as várias bancadas, mas de facto há questões que eu quero colocar e acho que o devo fazer mesmo na sequência de duas intervenções da bancada do Partido Socialista. Todos nós sabemos a saúde financeira de Almada, o que eu vou dizer não nega essa constatação alargada que tem obviamente as suas características, os seus limites, mas que é de facto uma apreciação com alguma consensualidade.

Mas de facto o Relatório financeiro deste ano de 2016, no Relatório de Execução Financeira verificase pela primeira vez nos últimos anos o saldo do exercício é negativo. E é negativo em cerca de oito milhões de euros. E sendo negativo pode-se dizer, não. É negativo porque houve um grande investimento e portanto o investimento justificou ter-se ido às reservas, ter-se consumido parte das reservas. Mas nós vamos depois mais à frente verificar que a execução das despesas de capital, aquisição de bens de capital, tem uma execução de 64%. É o que está nos mapas que a Câmara



distribuiu. Onde é que há aumentos? Verifica-se que há um aumento relativamente ao ano anterior na aquisição de bens e serviços, um aumento de 3,5 milhões. E nas transferências um aumento de 1 milhão. Se há alguma coisa que pode justificar o saldo negativo não é a execução em termos de obra, mas é outro tipo de gastos que eventualmente serão virtuosos, mas que justificam este conjunto de números que aqui apresentei, justificam uma explicação que o Sr. Presidente provavelmente nos irá dar. Outro aspeto também como pergunta tem a ver com o seguinte, em Almada houve uma grande mobilização dos serviços da Câmara, de associações, de entidades várias na candidatura de Almada houve uma grande mobilização dos serviços da Câmara de Associações, de entidades várias na candidatura de Almada a Cidade Europeia do Desporto 2018. Essa candidatura que de facto mobilizou significativamente o Concelho, não foi bem-sucedida, é natural, não é um drama, quando se vai a jogo só um é que ganha os outros não ganham. Mas certamente que houve um processo de avaliação das candidaturas e aquilo que eu gostava que fosse desenvolvido era o seguinte, algo correu mal? Pela avaliação que a Câmara faz houve alguma coisa que podia ter acontecido de maneira mais positiva e que não aconteceu por razões que se podem apurar? E a avaliação evidenciou aspetos que devem ser melhorados? Porque geralmente a avaliação mesmo quando não se ganha permite-nos melhorar, permite-nos tirar ensinamentos e melhorar. E era sobre estes aspetos que eu gostava que houvesse aqui alguma abordagem na Assembleia.”

7.2.2.4 – A Sr.^a Deputada Municipal Maria Odete Alexandre (Ind.):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A minha intervenção não era intervir hoje, porque a minha vitalidade a esta hora já deixa um pouco a desejar, mas tendo em conta que devo ser solidária com o Sr. Presidente que está à espera das inscrições e que nunca mais aparecem, eu também espero que seja solidário comigo e que me deixe o tempo que eu preciso para falar, porque já estou a falar muito devagar e eu tenho consciência disso.

Sr. Presidente, há aqui duas ou três questões que eu gostava de falar, mas a principal são as questões da segurança. É o meu ponto de honra, são as questões da segurança, não é por acaso que eu me chamo Seguro, é só por isso. Eu vejo na introdução do Relatório e Conta que foi concluído o Plano de Emergência de Proteção Civil. E a minha primeira pergunta é se este Plano não tem que vir obrigatoriamente à Assembleia para ser aprovado.

Depois ao longo do Relatório eu verifiquei também que foi dada alguma importância e algum destaque a dois simulacros, mas penso que o simulacro a que nós assistimos nos territórios da Margueira que não está mencionado no Relatório. Eu não sei identificar, posso referir a página onde isso está, fala do Plano de Emergência Interno da Repsol na instalação da Banática, e fala no Plano de Emergência Interno da ETC - Terminais Marítimos SA. Eu não sei se este último é de facto aquele a que nós pudemos assistir e para o qual fomos convidados, mas penso que não, portanto penso que está em falta a referência a esse simulacro que eu considerarei muito importante, até pela possibilidade que deu de alguns de nós podermos assistir e podermos partilhar a experiência que é fazer um socorro naquelas circunstâncias. Mas outra coisa que eu queria dizer ao Sr. Presidente, é que eu leio a



Comunicação Social com alguma regularidade e o “Sem Mais” há duas semanas trazia um artigo que diz, “Mais cedo ou mais tarde o litoral será atingido por um grande sismo.” E depois há uma entrevista feita a um dos técnicos que, segundo o artigo diz, é um investigador José Luís Zêzere e que é uma autoridade nestas questões. Ele a certa altura diz aquilo que eu tenho dito aqui nesta Assembleia repetidas vezes, as famílias deveriam estar atentas a pequenos detalhes que poderão fazer toda a diferença em caso de sismo. Por exemplo, deveriam ter o seu próprio Plano de Proteção Civil com um ponto de encontro, onde se poderão juntar em caso de catástrofe. Se perderem a casa e ficarem sem telefones saberão sempre onde se reunir. Eu penso que isto tem sido um ponto que eu tenho batalhado aqui com alguma frequência e penso que o nosso Boletim Municipal tem que passar a estar mais atento a estas questões e sugiro que dada esta indicação à população, porque as pessoas vivem como diz o técnico, de uma maneira muito displicente, sem estarem preocupados com estas questões da segurança, depois quando as coisas acontecem, ai Jesus que nós não tivemos ninguém que nos dissesse como é que devíamos fazer. Eu sugiro que os Serviços da Proteção Civil, penso que são as pessoas indicadas, possam com alguma regularidade pôr avisos no Boletim Municipal, sem ser alarmista, sem estar a assustar as pessoas, mas a prevenir estas situações. Porque também nos diz que a maioria das casas são anteriores à década de 70 e estas questões eram ignoradas nessa altura. Também já falei nisso aqui numa outra circunstância e pedi que fosse criado o tal bilhete de identidade para as nossas habitações tal como existe o livrete para o automóvel, acho que a casa também devia ter um livrete que pudesse alertar as pessoas para o perigo que correm na sua habitação. Porque é de facto uma situação que a maioria da população não pensa sequer. E vem aí a época estival, também é importante uma atenção especial em relação à segurança nas praias. O tempo tem estado muito favorável ao veraneio e penso que não há qualquer vigilância neste momento nas praias da Costa da Caparica, o que me preocupa bastante e me deixa com alguma ansiedade.

Mas não quero terminar sem referir uma coisa que eu considero muito importante. Lembro-me perfeitamente que foi na Assembleia Municipal que fizemos na Quinta do Bau-Bau, que eu sugeri que fosse reajustado o horário do acender e do apagar das lâmpadas públicas. E isso tem estado a ser feito e não quis deixar de agradecer por terem tido de facto e como diz o Relatório na página 85, houve um ajustamento do horário de funcionamento da iluminação pública no Concelho e a ligação é vinte minutos após o pôr do Sol e desligar vinte minutos antes do nascer do Sol.”

8 – Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na terceira reunião amanhã, dia 12 de abril de 2017.

9 - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisca Luís Baptista Parreira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, Ivan da Costa Gonçalves e Francisco Miguel Pereira Cardina.



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

- 10** - Foi verificada a presença na Reunião de Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal, e do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e trinta e seis de Srs. Munícipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H08 do dia 12 de abril de 2017.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE _____

A 1ª SECRETÁRIA _____

A 2ª SECRETÁRIA _____